



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XLIX – Nº 147

SÁBADO, 26 DE NOVEMBRO DE 1994

BRASÍLIA – DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do Art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1994 – CN

Regula, a título excepcional, a apreciação do Projeto de Lei nº 3, de 1994, – CN.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Na apreciação do Projeto de Lei nº 3, de 1994-CN, observar-se-ão as normas estabelecidas nesta Resolução e as fixadas pela Resolução nº 1, de 1991-CN (alterada pela Resolução nº 1, de 1993-CN), que com elas não conflitam, especialmente o Art. 23 desta.

Parágrafo único. Não se aplicam ao projeto de lei referido no **caput** deste artigo as normas estabelecidas nos §§ 1º, 2º e 5º do Art. 10, no Art. 17 e seus parágrafos, no inciso II do Art. 19 e nos §§ 1º, 3º e 4º do Art. 22, todos da Resolução nº 1, de 1991-CN, com a redação dada pela Resolução nº 1, de 1993-CN.

Art. 2º O Projeto de Lei a que se refere o artigo anterior será objeto, no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de Parecer do Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado conjuntamente com os sete Relatores-Adjuntos designados pelo Presidente da Comissão Mista.

§ 1º Somente poderão ser incorporadas como propostas de alteração do Projeto de Lei Orçamentária Anual as modificações que forem aprovadas pela maioria do colegiado constituído pelo Relator-Geral e Relatores-Adjuntos.

§ 2º Integrará o Parecer do Relator-Geral, um adendo com o detalhamento, em ordem alfabética de autor, das emendas aprovadas ou aprovadas parcialmente, com os respectivos valores.

§ 3º As emendas do Relator-Geral que venham a ser formuladas com vistas ao cumprimento de suas responsabilidades serão publicadas como parte do relatório, com indicação do proponente e dos respectivos fundamentos.

Art. 3º A tramitação do projeto referido no Art. 1º obedecerá aos seguintes prazos:

I – até 7 de novembro de 1994, publicação e distribuição do avulso das emendas;

II – até 8 de novembro de 1994, designação do Relator-Geral;

III – até 18 de novembro de 1994, realização das atividades de suporte à atuação dos Relatores, inclusive correção de erros técnicos detectados nas emendas publicadas;

IV – até 28 de novembro de 1994, para que o Relator-Geral conclua as decisões sobre as emendas apresentadas e sobre as modificações necessárias ao Projeto de Lei;

V – até 2 de dezembro de 1994, para que o Relator-Geral conclua todas as decisões relativas à compatibilização do Projeto de Lei com normas constitucionais e legais;

VI – até 5 de dezembro de 1994, sistematização das decisões em relatórios, sua publicação e distribuição, e apresentação do Parecer do Relator-Geral, perante a Comissão Mista;

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

VII – até 9 de dezembro de 1994, votação do Parecer do Relator-Geral na Comissão Mista;

VIII – até 13 de dezembro de 1994, sistematização do Parecer Final sobre o Projeto e as emendas, e encaminhamento do Parecer Final consolidado à Mesa do Congresso Nacional;

IX – até 15 de dezembro de 1994, votação do Projeto de Lei pelo Plenário do Congresso Nacional.

Art. 4º Ficam estabelecidos, em substituição ao parecer preliminar a que se refere o Art. 17 da Resolução nº 1, de 1991-CN, os seguintes parâmetros e normas para a apreciação do Projeto de Lei nº 3, de 1994-CN, no âmbito da Comissão Mista, pelo Relator-Geral e Relatores-Adjuntos, inclusive quanto à apreciação das emendas:

I – quanto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

a) não poderão ser realizadas deduções nos subprojetos pelos quais se operacionalizam as transferências constitucionais a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e nas contrapartidas a empréstimos internos e externos;

b) o limite máximo para cancelamentos nas dotações alocadas no GND 3 será de sete por cento da soma das dotações alocadas em "Outras Despesas Correntes" (GND 3), observado o que estabelecem os itens e), g) e h) deste inciso;

c) o limite máximo para cancelamentos nas dotações alocadas nos GND 4 (investimentos), 5 (inversões financeiras) e 7 (outras despesas de capital), nos subprojetos/subatividades que nominalmente identifiquem Estado, Distrito Federal ou região, será de vinte por cento do valor das dotações alocadas em tais GND nas categorias programáticas nessa condição, respeitado esse percentual em cada GND e observado o que estabelecem as alíneas e, g e h deste inciso;

d) o limite de cancelamento nos subprojetos/subatividades não enquadradas nas alíneas b e c, será de trinta por cento das dotações alocadas nos GND 4, 5 e 7 nas categorias programáticas nessa condição, respeitado esse percentual em cada um dos GND e observado o que estabelecem as alíneas e, g e h deste inciso;

e) os cancelamentos indicados nas alíneas b a d deste inciso poderão ser formados por deduções em alguns subprojetos/subatividades ou por deduções na totalidade destes, condicionado o cancelamento integral de subprojeto ou subatividade à aprovação deste pelo colegiado a que se refere o Art. 2º, § 1º desta Resolução;

f) será de quinze por cento o limite de cancelamento nas dotações dos subprojetos em andamento, destinados tais recursos a complementar as dotações de outros subprojetos em andamento, nos termos do que estabelece o Art. 17 da Lei nº 8.931, de 1994 (LDO/95), não podendo, em nenhum caso, o cancelamento exceder a quarenta por cento do total alocado em cada subprojeto ou incidir sobre parcelas cobertas com fontes externas ou alocadas como contrapartidas nacionais a financiamentos;

g) o remanejamento de dotações que tenham como fontes "Recursos Diretamente Arrecadados" (fontes 150/250 ou "Recursos de Outras Fontes" (fontes 201 a 299), só poderá ser efetuado no âmbito da própria unidade orçamentária; e o de dotações custeadas com "Recursos Vinculados" (fontes 112, 115, 134, etc.), entre subprojetos que apresentem compatibilidade com a vinculação;

h) a utilização das fontes 121 (Renda da Loteria Instantânea), 122 (Contribuição sobre Concursos de Prognósticos), 123 (Cota de Previdência), 140 (Contribuições ao PIS-PASEP), 151 (Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas), 153 (Contribuição para a Seguridade Social), 154 (Contribuição dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social) e 156 (Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor), só poderá ocorrer no âmbito do Orçamento da Seguridade Social, respeitadas as vinculações específicas;

II – quanto ao Orçamento de Investimento das Estatais:

a) no âmbito do Orçamento de Investimento das Estatais as modificações só poderão ocorrer mediante remanejamento dos recursos da programação de cada empresa, limitado este a vinte e cinco por cento da programação, calculados sobre o total remanescente à exclusão dos subprojetos "em andamento" e das contrapartidas a operações de crédito;

b) a transferência de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para investimento em empresa constante do Orçamento de Investimento das Estatais somente poderá ser efetuada na forma de participação acionária, sendo tais recursos destinados, na empresa correspondente, aos fins explicitados na própria emenda;

III – serão excluídos da programação, para efeito dos cálculos indicados nas alíneas b a d, do inciso I supra, as transferências constitucionais, os recursos das fontes 154 e 354 alocados no projeto "Concessão e Manutenção de Benefícios" do INSS, os recursos identificados como contrapartida a empréstimos e os recursos alocados em inversões financeiras destinadas à aquisição de garantias para o refinanciamento da dívida externa ("zero cupom bond");

IV – caberá ao Relator-Geral verificar o acatamento às normas da LDO/95, especialmente as fixadas nos arts. 16 a 19, e às dos arts. 165, § 7º e 212 da Constituição e arts. 35 e 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como a proposição das medidas corretivas que se façam necessárias.

Art. 5º As decisões finais do Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização só poderão ser modificadas pelo Plenário do Congresso Nacional e as deste, sobre o Parecer Final e destaques não poderão ser modificadas, ressalvados os casos de correção de erros formalmente autorizados pelo Presidente do Congresso Nacional, ouvido o Relator-Geral, que justificará o seu Parecer.

Art. 6º A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realizará audiências públicas com membros do Poder Executivo a fim de obter elementos que permitam o melhor entendimento da programação e o aprimoramento do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Fica assegurado aos Partidos, cujas representações não tenham contribuído para a composição do quadro de Relatores-Adjuntos, o direito de indicar observador para acompanhar os trabalhos da Relatoria.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 25 de novembro de 1994. – **Humberto Lucena**, Presidente.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 711, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1994, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961, E DÁ LEI 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTAS	EMENDAS NUMEROS
DEPUTADO JOÃO FAUSTINO.....	049,050,051,052,053,054, 055,056,083,085,092,093.
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE.....	008,009,014,018,019,030, 031,032,033,034,035,059, 060,070,071,072,077,078, 081,082,094,098,102,103, 104,105,108.
DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA.....	004,005,015,016,017,038, 039,040,041,042,043,044, 045,046,047,048,064,066, 067,075,076,080,087,091, 096,100,110.
DEPUTADO PAES LANDIM.....	006,007,012,013,057,058, 065,068,069,088,097,101, 109.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI.....001,002,003,010,011,020,
021,022,023,024,025,026,
027,028,029,036,037,061,
062,063,073,074,079,084,
086,089,090,095,099,101,
106,107.

000000

MF-00711

000000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR 4 DEPUTADO VICTOR FACCIONI		Nº PRONTUÁRIO 5 1519-9	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao § 2º do Art. 8º, da Lei nº 4.024/61.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo é inconstitucional, por seu caráter discriminatório, afrontando a igualdade das pessoas previstas no art. 5º, inc. I, VIII e XIII da Constituição Federal. Além do mais, priva o Conselho exatamente das pessoas com experiência e vivência em educação.

ASSINATURA

10

Victor Faccioni

MP00711

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSTAÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	--

AUTOR 4 DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº PRONTUÁRIO 5 1579-9
-------------------------------------	---------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	--------	-----------	--------	--------

— TEXTO —

Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 2º, do Art. 8º da Lei nº 4 024/61.

JUSTIFICATIVA

A exigência para se assumir o cargo de Conselheiro é discricionária e fere direitos constitucionais, por impedir que profissionais, exerçam suas atividades tipificadas, quando acumulando com o referido cargo.

ASSINATURA

Victor Faccioni

MP00711

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSTAÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	--

AUTOR 4 DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº PRONTUÁRIO 5 1579-9
-------------------------------------	---------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	--------	-----------	--------	--------

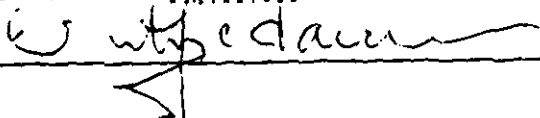
— TEXTO —

Suprima-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de novembro de 1994, o que diz respeito ao § 2º, do Art. 8º da Lei nº 4 024/61.

JUSTIFICATIVA

A exigência para se assumir o cargo de Conselheiro é discricionária e fere direitos constitucionais, por impedir que profissionais, exerçam suas atividades tipificadas, quando acumulando com o referido cargo.

ASSINATURA



MF 20711

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº. PRONTUÁRIO 5	
6 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPLEMENTAR 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAIS			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 1º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			
TEXTO			
9 Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 2º, do Art. 8º da Lei nº 4 024/61.			
JUSTIFICATIVA			
A exigência para se assumir o cargo de Conselheiro é discricionária e fere direitos constitucionais, por impedir que profissionais, exerçam suas atividades tipificadas, quando acumulando com o referido cargo.			
10 ASSINATURA			

HP00711

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21/11/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
------------------	---

AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº. PRONTUÁRIO
-----------------------------------	----------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
--	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO 2º	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------------	--------	--------

TEXTO

Suprima-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao § 2º do Art. 8º, da Lei nº 4.024/61.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo é inconstitucional, por seu caráter discriminatório, afrontando a igualdade das pessoas previstas no art. 5º, inc. I, VIII e XIII da Constituição Federal. Além do mais, priva o Conselho exatamente das pessoas com experiência e vivência em educação.

ASSINATURA

HP00711

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21/11/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
------------------	---

AUTOR Dep. PAES LANDIM	Nº. PRONTUÁRIO
---------------------------	----------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
--	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Suprima-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao § 2º do Art. 8º, da Lei nº 4.024/61.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo é inconstitucional, por seu caráter discriminatório, afrontando a igualdade das pessoas previstas no art. 5º, inc. I, VIII e XIII da Constituição Federal. Além do mais, priva o Conselho exatamente das pessoas com experiência e vivência em educação.

ASSINATURA



MP0071

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 DATA 21/11/94	2 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
3 AUTOR Dep. PAES LANDIM	4 Nº PROPONENTE
5 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
6 PÁGINA 01 de 01	7 ARTIGO 1º
8 PARÁGRAFO	9 INCISO
10 ALÍNEA	

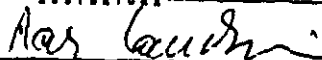
TEXTO

Suprima-se no Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que diz respeito ao § 1º, do Art. 48, da Lei nº 4 024/61.

JUSTIFICATIVA

O Parágrafo como se apresenta, daria ao Ministro da Educação e do Desporto, autoridade discricionária sobre a Universidade, ferindo preceitos constitucionais que estabelece a autonomia da Universidade.

ASSINATURA



MP00711

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 DATA 21/11/94	2 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
3 AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	4 Nº PROPONENTE
5 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
6 PÁGINA 01 de 01	7 ARTIGO 1º
8 PARÁGRAFO	9 INCISO
10 ALÍNEA	

TEXTO

Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 2º, do Art. 8º da Lei nº 4 024/61.

JUSTIFICATIVA

A exigência para se assumir o cargo de Conselheiro é discricionária e fere direitos constitucionais, por impedir que profissionais, exerçam suas atividades tipificadas, quando acumulando com o referido cargo.

ASSINATURA

10

MP00711

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994		
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE		Nº PROPOSTA		
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA				
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao § 2º do Art. 8º, da Lei nº 4.024/61.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo é inconstitucional, por seu caráter discriminatório, afrontando a igualdade das pessoas previstas no art. 5º, inc. I, VIII e XIII da Constituição Federal. Além do mais, priva o Conselho exatamente das pessoas com experiência e vivência em educação.

ASSINATURA

10

MP00711

00010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21/11/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR	Nº. PROTOUÁRIO
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01				


TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Médida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere o Art. 8º "caput", da Lei nº 4.024/61 a expressão:

"Conselho Nacional de Educação por Conselho Federal de Educação".

JUSTIFICATIVA

Toda a organização-político-administrativa da República Brasileira é federativa, bem como o ensino se organiza em sistemas estaduais e federal. Assim, incabível um conselho nacional de educação, unitário e centralizador, pairando acima da federação, que seria próprio apenas de regimes unitários.

ASSINATURA


MP00711

00011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21/11/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR	Nº. PROTOUÁRIO
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01				

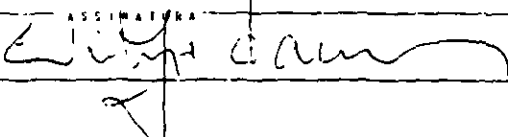
TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao Inciso II, do Art. 8º da Lei nº 4.024/61.

II - 12 (doze) conselheiros nomeados pelo Presidente da República, representantes dos diversos níveis de estabelecimentos de ensino e do magistério públicos e privados, de reconhecidos e notórios conhecimentos e experiências na área educacional.

JUSTIFICATIVA

O Conselho de Educação não é órgão corporativista sindical ou de reivindicação classista, mas colégios de educadores idôneos, competentes e experientes, requisitos para integrar uma instituição eminentemente técnica, não podendo o Presidente da República ficar subordinado a indicações associativas.

10 ASSINATURA


MP00711

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR Dep. PAES LANDIM		Nº PROTOCOLO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 10	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao Inciso II, do Art. 8º da Lei nº 4.024/61.

II - 12 (doze) conselheiros nomeados pelo Presidente da República, representantes dos diversos níveis de estabelecimentos de ensino e do magistério públicos e privados, de reconhecidos e notórios conhecimentos e experiências na área educacional.

JUSTIFICATIVA

O Conselho de Educação não é órgão corporativista sindical ou de reivindicação classista, mas colégios de educadores idôneos, competentes e experientes, requisitos para integrar uma instituição eminentemente técnica, não podendo o Presidente da República ficar subordinado a indicações associativas.

10 ASSINATURA


MF00711

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21/11/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR	Nº. PRONTUÁRIO
Dep. PAES LANDIM	

1	2	3	4	5	6
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA	

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01	1º			

TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere o Art. 8º "caput", da Lei nº 4.024/61 a expressão:

"Conselho Nacional de Educação por Conselho Federal de Educação".

JUSTIFICATIVA

Toda a organização-político-administrativa da República Brasileira é federativa, bem como o ensino se organiza em sistemas estaduais e federal. Assim, incabível um conselho nacional de educação, unitário e centralizador, pairando acima da federação, que seria próprio apenas de regimes unitários.

ASSINATURA
<i>Paes Landim</i>

MF00711

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21/11/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR	Nº. PRONTUÁRIO
Deputado JOÃO HENRIQUE	

1	2	3	4	5	6
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA	

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01	1º			

TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao Inciso II, do Art. 8º da Lei nº 4.024/61.

II - 12 (doze) conselheiros nomeados pelo Presidente da República, representantes dos diversos níveis de estabelecimentos de ensino e do magistério públicos e privados, de reconhecidos e notórios conhecimentos e experiências na área educacional.

JUSTIFICATIVA

O Conselho de Educação não é órgão corporativista sindical ou de reivindicação classista, mas colégios de educadores idôneos, competentes e experientes, requisitos para integrar uma instituição eminentemente técnica, não podendo o Presidente da República ficar subordinado a indicações associativas.

ASSINATURA

10

0000711

000000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº PRONTUÁRIO 5	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 1º	PARÁGRAFO	INCISO 1
LINHA			

TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao Inciso II, do Art. 8º da Lei nº 4.024/61.

II - 12 (doze) conselheiros nomeados pelo Presidente da República, representantes dos diversos níveis de estabelecimentos de ensino e do magistério públicos e privados, de reconhecidos e notórios conhecimentos e experiências na área educacional.

JUSTIFICATIVA

O Conselho de Educação não é órgão corporativista sindical ou de reivindicação classista, mas colégios de educadores idôneos, competentes e experientes, requisitos para integrar uma instituição eminentemente técnica, não podendo o Presidente da República ficar subordinado a indicações associativas.

ASSINATURA

10

MF00711

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		NO PRONTUÁRIO 5	
6 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 12	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao Inciso II, do Art. 8º da Lei nº 4.024/61.

II - 12 (doze) conselheiros nomeados pelo Presidente da República, representantes dos diversos níveis de estabelecimentos de ensino e do magistério públicos e privados, de reconhecidos e notórios conhecimentos e experiências na área educacional.

JUSTIFICATIVA

O Conselho de Educação não é órgão corporativista sindical ou de reivindicação classista, mas colégios de educadores idôneos, competentes e experientes, requisitos para integrar uma instituição eminentemente técnica, não podendo o Presidente da República ficar subordinado a indicações associativas.

ASSINATURA

MF00711

00017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		NO PRONTUÁRIO 5	
6 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 12	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere o Art. 8º "caput" da Lei nº 4.024/61 a expressão:

"Conselho Nacional de Educação por Conselho Federal de Educação"

JUSTIFICATIVA

Toda a organização-político-administrativa da República Brasileira é federativa, bem como o ensino se organiza em sistemas estaduais e federal. Assim, incabível um conselho nacional de educação, unitário e centralizador, pairando acima da federação, que seria próprio apenas de regimes unitários.

10 ASSINATURA

HF00711

00018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94 PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

4 AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE 5 Nº PROTOCO

6 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☒ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBA

7 PAGINA 01 de 01 8 ARTIGO 12 9 PARÁGRAFO 10 INCISO 11 ALÍNEA

TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao Inciso II, do Art. 8º da Lei nº 4.024/61.

II - 12 (doze) conselheiros nomeados pelo Presidente da República, representantes dos diversos níveis de estabelecimentos de ensino e do magistério públicos e privados, de reconhecidos e notórios conhecimentos e experiências na área educacional.

JUSTIFICATIVA

O Conselho de Educação não é órgão corporativista sindical ou de reivindicação classista, mas colégios de educadores idôneos, competentes e experientes, requisitos para integrar uma instituição eminentemente técnica, não podendo o Presidente da República ficar subordinado a indicações associativas.

10 ASSINATURA

MP00711

00019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21/11/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994

AUTOR		Nº PRONTUÁRIO	
Deputado JOÃO HENRIQUE			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
01 de 01	1º		

TEXTO

Substitua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere o Art. 8º "caput", da Lei nº 4.024/61 a expressão:

"Conselho Nacional de Educação por Conselho Federal de Educação".

JUSTIFICATIVA

Toda a organização-político-administrativa da República Brasileira é federativa, bem como o ensino se organiza em sistemas estaduais e federal. Assim, incabível um conselho nacional de educação, unitário e centralizador, pairando acima da federação, que seria próprio apenas de regimes unitários.

ASSINATURA


MP00711

00020

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21/11/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR		Nº PRONTUÁRIO	
DEPUTADO VICTOR FACCIONI		4579-9	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
01 de 01			

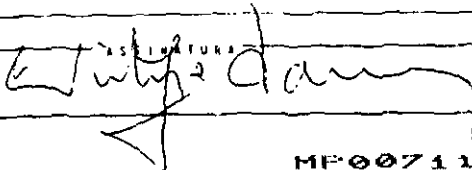
TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso II, do Art. 9º, da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

II - Decidir mediante parecer que comprove a necessidade social e as condições didáticos-pedagógicas, sobre o funcionamento de cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbítrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E. que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA


MP 00711

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR DEPUTADO VICTOR FARELONI NO PRONTUÁRIO 1549-9

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 01 de 01 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

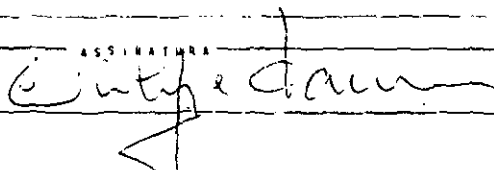
TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 6º da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 6º - O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, exercerá as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, inerente às atividades tipificadas do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não se justifica que as decisões emanadas do C.N.E., venham a estar sujeitas à apreciação do Ministro da Educação e do Desporto. O fato torna o C.N.E. mero órgão de Assessoria.

ASSINATURA


MP00711

00022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIANI	Nº PRONTUÁRIO 1549-9
-----------------------------------	-------------------------

<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1 da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso III, do Art. 9º, da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

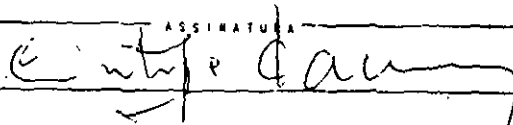
III - Decidir sobre a autorização e/ou reconhecimento de Universidade, mediante a aprovação de seu Estatuto e Regimento Geral, dos cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior, depois de um prazo regular de funcionamento de um mínimo de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

10



MP00711

00023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIANI	Nº PRONTUÁRIO 1549-9
-----------------------------------	-------------------------

<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

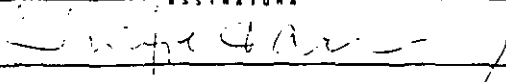
Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso II, do Art. 9º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

II - Decidir mediante parecer que comprove a necessidade social e as condições didáticos-pedagógicas sobre o funcionamento de cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

10 

MF00711

00024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI		Nº PROTOUÁRIO 1379-9	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

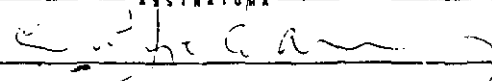
Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 2º, do art. 9º da Lei 4.024/61, a seguinte redação:

§ 2º - Cabe ao C.N.E., interpretar, na esfera Administrativa, as disposições das Leis que fixem diretrizes e bases da Educação Nacional, ressalvada a competência dos Sistemas Estaduais de Ensino e da Advocacia Geral da União.

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se determinar a quem compete interpretar as Leis. Naturalmente que esta competência deve ser do C.N.E., e não do Ministro da Educação e do Desporto.

ASSINATURA

10 

MP00711

00025

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR DEPUTADO VÍCTOR FACCIONI		Nº. PRONTUÁRIO 1579-9	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA
TEXTO			
Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 7º. da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação: Art. 7º - Ao ministério da Educação e do Desporto, incumbe velar pela observância das Leis da Educação e pelo conjunto das decisões do Conselho Nacional de Educação.			
JUSTIFICATIVA			
Não há justificativa plausível para alterar os procedimentos vigentes.			

ASSINATURA

MP00711

00026

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR DEPUTADO VÍCTOR FACCIONI		Nº. PRONTUÁRIO 1579-9	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA
TEXTO			
Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do art. 8º da Lei nº 4024/61, a seguinte redação:			

§ 1º - De dois em dois anos cessará o mandato de metade dos Membros do Conselho e ao ser constituído, 12 (doze) Conselheiros terão mandato de 04 (quatro) anos e os demais terão mandato de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

É fundamental que para a continuidade dos trabalhos a substituição total criaria problemas. Da forma proposta, a emenda evitará o problema.

ASSINATURA

10

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
21 / 11 / 94

PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR
DEPUTADO VICTOR FACCIONI

Nº. PROTOCO
1549-7

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GERAL

PÁGINA
01 de 01

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do Art. 9º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

§ 1º - As decisões e propostas do Conselho Nacional de Educação, somente se tornarão efetivas, após a homologação pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto que poderá determinar o reexame da matéria.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o CNE, que representa a sociedade através dos diversos segmentos e níveis de ensino.

ASSINATURA

10

MP00711

00028

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº. PRONTUÁRIO 1349-9
-----------------------------------	--------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 3º do art. 8º da Lei nº 4024/61, de 20 de dezembro de 1961, a seguinte redação:

§. 3º - O Presidente do Conselho Nacional de Educação será escolhido pelo Colegiado, para um mandato de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

A indicação do Presidente do Conselho Nacional de Educação ou de qualquer colegiado deve ser de competência do próprio Conselho, não se justificando a sua nomeação pelo Presidente da República.

ASSINATURA 

MP00711

00029

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº. PRONTUÁRIO
-----------------------------------	----------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

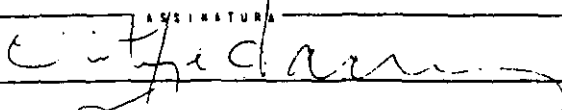
TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 7º, da Lei 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 7º - Ao ministério da Educação e do Desporto, incumbe velar pela observância das Leis da Educação e pelo conjunto das decisões do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não há justificativa plausível para alterar os procedimentos vigentes.

10 ASSINATURA 

MF00711

00030

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº PROPONENTE
1 <input type="checkbox"/> SUPLENÇÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 99
PARÁGRAFO	INCISO III
ALÍNEA	

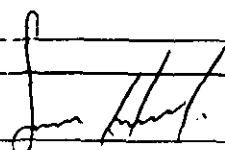
TEXTO

Dê-se ao Art. 1 da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso III, do Art. 9º, da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

III - Decidir sobre a autorização e/ou reconhecimento de Universidade, mediante a aprovação de seu Estatuto e Regimento Geral, dos cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior, depois de um prazo regular de funcionamento de um mínimo de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

10 ASSINATURA 

MF00711

00031

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE		Nº. PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 99	PARÁGRAFO	INCISO II

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso II, do Art. 9º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

II - Decidir mediante parecer que comprove a necessidade social e as condições didáticos-pedagógicas sobre o funcionamento de cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

MF00711

00032

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE		Nº. PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 99	PARÁGRAFO II	INCISO

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 2º, do art. 9º da Lei 4.024/61, a seguinte redação:

§ 2º - Cabe ao C.N.E., interpretar, na esfera Administrativa, as disposições das Leis que fixem diretrizes e bases da Educação Nacional, ressalvada a competência dos Sistemas Estaduais de Ensino e da Advocacia Geral da União.

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se determinar a quem compete interpretar as Leis. Naturalmente que esta competência deve ser do C.N.E., e não do Ministro da Educação e do Desporto.

ASSINATURA

10

MP00711

00033

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
21 / 11 / 94

PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR
Deputado JOÃO HENRIQUE

Nº PRONTUÁRIO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO CLONAL

PÁGINA
01 de 01

ARTIGO
9º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

II

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso II, do Art. 9º, da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

II - Decidir mediante parecer que comprove a necessidade social e as condições didáticos-pedagógicas, sobre o funcionamento de cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E. que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

10

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº PRONTUÁRIO
---------------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 6º da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 6º - O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, exercerá as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, inerente às atividades tipificadas do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não se justifica que as decisões emanadas do C.N.E., venham a estar sujeitas à apreciação do Ministro da Educação e do Desporto. O fato torna o C.N.E. mero órgão de Assessoria.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº PRONTUÁRIO
---------------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 9º	PARÁGRAFO I	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	----------------	--------	--------

TEXTO


Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do Art. 9º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

§ 1º - As decisões e propostas do Conselho Nacional de Educação, somente se tornarão efetivas, após a homologação pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto que poderá determinar o reexame da matéria.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA



ME00711

00030

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCONI	Nº. PRONTUÁRIO 1579-7
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01 de 02	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 8º da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

Art. 8º - O Conselho Federal de Educação é composto de 24 (vinte e quatro) Conselheiros, nomeados pelo Presidente da República, após apreciação dos indicados pela Comissão de Educação do Senado Federal, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, escolhidos dentre brasileiros de reputação ilibada e de notável saber e experiência em matéria de Educação, levando-se em consideração de neles serem devidamente representados as diversas regiões do País, os diversos níveis e modalidades de ensino e magistério Oficial e Particular.

JUSTIFICATIVA

O Conselho Federal de Educação é um colegiado que representa a sociedade brasileira e não o Ministério. Desta forma a composição do C.F.E. deve ser de nomeação do Presidente da República, após a apreciação pela Comissão de Educação do Senado Federal.

Não se justifica a composição corporativa de um colegiado que deve estar acima de interesses de grupos, partidos políticos, grupos de pressão, corporação de profissões ou facções diversas. O C.F.E. deve estar subordinado ao MEC, embora faça parte da estrutura educacional.

Por outro lado não se justifica impedir a recondução de Conselheiros que podem estar desenvolvendo trabalhos relevantes. A forma de nomeação prevista, cria uma corresponsabilidade entre o Poder Legislativo, moderador e representante da sociedade e o Poder Executivo.

ASSINATURA

MF00711

00037

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711 de 17/novembro/1994
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	DO PROMITÁRIO 1579-9
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
PÁGINA 01 de 05	ARTIGO <input type="checkbox"/> PARÁGRAFO <input type="checkbox"/> INCISO <input type="checkbox"/> ALÍNEA <input type="checkbox"/>
TEXTO	

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 8º e seus parágrafos, incisos e alíneas, a seguinte redação:

Art. 8º - O Conselho Nacional de Educação é composto de 30 Conselheiros, nomeados pelo Presidente da República para um mandato de cinco anos, permitida uma recondução imediata, escolhidos dentre brasileiros de reputação ilibada e de notável saber e experiência, em matéria de educação, observado o seguinte:

I - 18 (dezoito) conselheiros escolhidos pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro do Estado da Educação e do Desporto, levando em consideração a representatividade das diversas regiões do País, bem como a proporcionalidade dos Estados com maior densidade educacional, considerando-se ainda os diversos níveis e modalidades do ensino oficial e particular.

II - 12 (doze) conselheiros indicados ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em listas triplices, para cada vaga, por entidades organizadas, vinculadas à área educacional, obedecendo os seguintes critérios:

a - 6 (seis) conselheiros indicados por entidade que congregue dirigentes das instituições de ensino superior, sendo três das instituições públicas e três das instituições particulares;

b) 4 (quatro) conselheiros indicados pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, sendo dois de instituições públicas e dois de instituições particulares,

c) 1 (um) conselheiro indicado por entidade que congregue pesquisadores e cientistas das diferentes áreas do conhecimento;

d) 1 (um) conselheiro indicado por entidade nacional que congregue universidades particulares.

§ 1º Ao ser instituído o Conselho, os membros indicados no inciso I terão mandato de cinco anos e os indicados no inciso II terão mandato de três anos.

§ 2º Considerar-se-á vago, por renúncia tácita, o cargo do Conselheiro que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis reuniões do Colegiado, salvo motivo justificado e aceito pelo Plenário do Conselho.

§ 3º Havendo vacância, o substituto será nomeado para completar o mandato do substituído.

§ 4º As funções do Conselheiro são consideradas de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares os Conselheiros, que terão direito a transporte, diárias e hospedagem, quando convocados, e à cédula de presença, cujo valor será fixado por Portaria Ministerial, mediante proposta do Presidente do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

O texto original do artigo 8º da Medida Provisória 711/94 apresenta vícios corporativistas e preconceituosos que não podem figurar numa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Para que seja feita uma correção em tais vícios, oferecemos esta emenda, mais equilibrada e coerente com uma Lei educacional.

O número de conselheiros pode perfeitamente ser aumentado para trinta, a fim de atender os vários segmentos que poderão ser contemplados pelo Presidente da República. Não é recomendável que numa Lei haja especificação de alguns segmentos corporativistas em detrimento de outros setores representativos. Para que não se cometa injustiça, ficará por conta do Presidente da República a nomeação dos segmentos que julgar importantes para auxiliá-lo no trabalho e desenvolvimento da educação nacional.

Para que o Conselho tenha o papel moderador e independente de pressões, é importante que o mandato dos Conselheiros seja de cinco anos, ultrapassando, assim, o mandato de membros do Legislativo e do Executivo.

Além disso, a permissão para que haja uma recondução imediata ao final de um mandato, tem a sabedoria de aproveitar a experiência daqueles que muito tem ainda para oferecer como contribuição à educação brasileira, evitando-se uma rotatividade desnecessária e prejudicial.

ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL

MP00711

00038

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA Nº. PRONTUÁRIO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBA

PÁGINA 01 de 01 ARTIGO 1º PARÁGRAFO 1º INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do art. 8º da Lei nº 4024/61, a seguinte redação:

§ 1º - De dois em dois anos cessará o mandato de metade dos Membros do Conselho e ao ser constituído, 12 (doze) Conselheiros terão mandato de 04 (quatro) anos e os demais terão mandato de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

É fundamental que para a continuidade dos trabalhos a substituição total criaria problemas. Da forma proposta, a emenda evitará o problema.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PRONTUÁRIO
-----------------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 7º, da Lei 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 7º - Ao ministério da Educação e do Desporto, incumbe velar pela observância das Leis da Educação e pelo conjunto das decisões do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não há justificativa plausível para alterar os procedimentos vigentes.

10	SINATURA
----	----------

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PRONTUÁRIO
-----------------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso II, do Art. 9º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

II. - Decidir mediante parecer que comprove a necessidade social e as condições didáticos-pedagógicas sobre o funcionamento de cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbítrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

MF 00711

00041

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº. PRONTUÁRIO
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º
PARÁGRAFO 2º	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 2º, do art. 9º da Lei 4.024/61, a seguinte redação:

§ 2º - Cabe ao C.N.E., interpretar, na esfera Administrativa, as disposições das Leis que fixem diretrizes e bases da Educação Nacional, ressalvada a competência dos Sistemas Estaduais de Ensino e da Advocacia Geral da União.

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se determinar a quem compete interpretar as Leis. Naturalmente que esta competência deve ser do C.N.E., e não do Ministro da Educação e do Desporto.

ASSINATURA

MP00711

00042

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº. PRONTUÁRIO 5
-------------------------------------	---------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	---

PÁGINA 701 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 6º da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

Art. 6º - O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, exercerá as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, inerente às atividades tipificadas do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não se justifica que as decisões emanadas do C.N.E., venham a estar sujeitas à apreciação do Ministro da Educação e do Desporto. O fato torna o C.N.E. mero órgão de Assessoria.

10	ASSINATURA
----	------------

MP00711

00043

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº. PRONTUÁRIO 5
-------------------------------------	---------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	---

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 3	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	-------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1 da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso III, do Art. 9º, da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

III - Decidir sobre a autorização e/ou reconhecimento de Universidade, mediante a aprovação de seu Estatuto e Regimento Geral, dos cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior, depois de um prazo regular de funcionamento de um mínimo de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

MP00711

00044

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº. PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso II, do Art. 9º, da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

II - Decidir mediante parecer que comprove a necessidade social e as condições didáticos-pedagógicas, sobre o funcionamento de cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E. que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

11F00711

00045

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		NO. PRONTUÁRIO 5	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 1º	PARÁGRAFO 1º	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do Art. 9º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

§ 1º - As decisões e propostas do Conselho Nacional de Educação, somente se tornarão efetivas, após a homologação pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto que poderá determinar o reexame da matéria.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

MF00711

00046

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR	Nº. PRONTUÁRIO
4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	5

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
7 01 de 01	8 1º	9 3º		

TEXTO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 3º do art. 8º da Lei nº 4024/61, de 20 de dezembro de 1961, a seguinte redação:

§ 3º - O Presidente do Conselho Nacional de Educação será escolhido pelo Colegiado, para um mandato de 02 (dois) anos. .

JUSTIFICATIVA

A indicação do Presidente do Conselho Nacional de Educação ou de qualquer colegiado deve ser de competência do próprio Conselho, não se justificando a sua nomeação pelo Presidente da República.

10 

MF00711

00047

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR	Nº. PRONTUÁRIO
4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	5

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
7 01 de 01	8 1º			

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 7º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 7º - Ao ministério da Educação e do Desporto, incumbe velar pela observância das Leis da Educação e pelo conjunto das decisões do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não há justificativa plausível para alterar os procedimentos vigentes.

10 ASSINATURA

MP00711

00048

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº. PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 02	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 8º da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

Art. 8º - O Conselho Federal de Educação e composto de 24 (vinte e quatro) Conselheiros, nomeados pelo Presidente da República, após apreciação dos indicados pela Comissão de Educação do Senado Federal, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, escolhidos dentre brasileiros de reputação ilibada e de notável saber e experiência em matéria de Educação, levando-se em consideração de neles serem devidamente representados as diversas regiões do País, os diversos níveis e modalidades de ensino e magistério Oficial e Particular.

JUSTIFICATIVA

O Conselho Federal de Educação é um colegiado que representa a sociedade brasileira e não o Ministério. Desta forma a composição do C.F.E. deve ser de nomeação do Presidente da República, após a apreciação pela Comissão de Educação do Senado Federal.

Não se justifica a composição corporativa de um colegiado que deve estar acima de interesses de grupos, partidos políticos, grupos de pressão, corporação de profissões ou facções diversas. O C.F.E. deve estar subordinado ao MEC, embora faça parte da estrutura educacional.

Por outro lado não se justifica impedir a recondução de Conselheiros que podem estar desenvolvendo trabalhos relevantes. A forma de nomeação prevista, cria uma corresponsabilidade entre o Poder Legislativo, moderador e representante da sociedade e o Poder Executivo.

10
— — — — —

MP00711

00049

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO	
21 / 11 / 94		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR		Nº. PROJETUÁRIO	
4 TOHO FAUSTINO		5	
6 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> CONSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
01 de 01			ALÍNEA

TEXTO

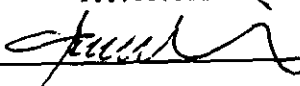
Dê-se ao Art. 1 da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Inciso III, do Art. 9º, da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

III - Decidir sobre a autorização e/ou reconhecimento de Universidade, mediante a aprovação de seu Estatuto e Regimento Geral, dos cursos em estabelecimentos isolados de Ensino Superior, depois de um prazo regular de funcionamento de um mínimo de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbitrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA



MP00711

00050

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR JAIRO FAESTINO	Nº. PROTOCOLO
-------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

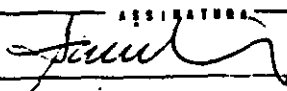
Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 6º da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 6º - O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, exercerá as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, inerente às atividades tipificadas do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não se justifica que as decisões emanadas do C.N.E., venham a estar sujeitas à apreciação do Ministro da Educação e do Desporto. O fato torna o C.N.E. mero órgão de Assessoria.

ASSINATURA



MF00711

00051

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR	NO. PRONTUÁRIO
4 JOÃO FAUSTINO	5

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01				

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 11, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 7º, da Lei 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 7º - Ao ministério da Educação e do Desporto, incumbe velar pela observância das Leis da Educação e pelo conjunto das decisões do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não há justificativa plausível para alterar os procedimentos vigentes.

ASSINATURA

18 

MF00711

00052

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR	NO. PRONTUÁRIO
4 JOÃO FAUSTINO	5

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01				

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 11, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 2º, do art. 9º da Lei 4.024/61, a seguinte redação:

§ 2º - Cabe ao C.N.E., interpretar, na esfera Administrativa, as disposições das Leis que fixem diretrizes e bases da Educação Nacional, ressalvada a competência dos Sistemas Estaduais de Ensino e da Advocacia Geral da União.

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se determinar a quem compete interpretar as Leis - Naturalmente que esta competência deve ser do C.N.E., e não do Ministro da Educação e do Desporto.

ASSINATURA

João Faustino

MP00711

00053

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
AUTOR JOÃO FAUSTINO	Nº. PROTOUÁRIO
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 7º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 7º - Ao ministério da Educação e do Desporto, incumbe velar pela observância das Leis da Educação e pelo conjunto das decisões do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não há justificativa plausível para alterar os procedimentos vigentes.

ASSINATURA

João Faustino

MP00711

00054

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 JORO FAUSTINO	Nº. PROTOUÁRIO 5
--------------------------	---------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOVAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	-------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do art. 8º da Lei nº 4024/61, a seguinte redação:

§ 1º - De dois em dois anos cessará o mandato de metade dos Membros do Conselho e ao ser constituído, 12 (doze) Conselheiros terão mandato de 04 (quatro) anos e os demais terão mandato de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

É fundamental que para a continuidade dos trabalhos a substituição total criaria problemas. Da forma proposta, a emenda evitará o problema.

ASSINATURA

10 

MP00711

00055

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 JORO FAUSTINO	Nº. PROTOUÁRIO 5
--------------------------	---------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOVAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	-------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 3º do art. 8º da Lei nº 4024/61, de 20 de dezembro de 1961, a seguinte redação:

§ 3º - O Presidente do Conselho Nacional de Educação será escolhido pelo Colegiado, para um mandato de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

A indicação do Presidente do Conselho Nacional de Educação ou de qualquer colegiado deve ser de competência do próprio Conselho, não se justificando a sua nomeação pelo Presidente da República.

ASSINATURA

10

MF00711

00056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
AUTOR JOJO FAUSTINO	Nº. PROTOUÁRIO 5
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 6
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do Art. 9º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

§ 1º - As decisões e propostas do Conselho Nacional de Educação, somente se tornarão efetivas, após a homologação pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto que poderá determinar o reexame da matéria.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar ao arbítrio do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a exclusiva competência de decisão, quando existe um colegiado maior que é o C.N.E., que representa a sociedade através dos diversos segmentos e sistemas de ensino.

ASSINATURA

10

MF00711

00057

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 21 / 11 / 94		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994	
4 AUTOR Dep. PAES LANDIM		5 Nº. PRONTUÁRIO	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA			
7 PÁGINA 01 de 02	8 ARTIGO 1º	9 PARÁGRAFO	10 INCISO
11 ALÍNEA			

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 8º da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

Art. 8º - O Conselho Federal de Educação é composto de 24 (vinte e quatro) Conselheiros, nomeados pelo Presidente da República, após apreciação dos indicados pela Comissão de Educação do Senado Federal, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, escolhidos dentre brasileiros de reputação ilibada e de notável saber e experiência em matéria de Educação, levando-se em consideração de neles serem devidamente representados as diversas regiões do País, os diversos níveis e modalidades de ensino e magistério Oficial e Particular.

JUSTIFICATIVA

O Conselho Federal de Educação é um colegiado que representa a sociedade brasileira e não o Ministério. Desta forma a composição do C.F.E. deve ser de nomeação do Presidente da República, após a apreciação pela Comissão de Educação do Senado Federal.

Não se justifica a composição corporativa de um colegiado que deve estar acima de interesses de grupos, partidos políticos, grupos de pressão, corporação de profissões ou facções diversas. O C.F.E. deve estar subordinado ao MEC, embora faça parte da estrutura educacional.

Por outro lado não se justifica impedir a recondução de Conselheiros que podem estar desenvolvendo trabalhos relevantes. A forma de nomeação prevista, cria uma co-responsabilidade entre o Poder Legislativo, moderador e representante da sociedade e o Poder Executivo.

ASSINATURA



MP00711

00058

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR Dep. PAES LANDIM	Nº. PRONTUÁRIO
---------------------------	----------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do art. 8º da Lei nº 4024/61, a seguinte redação:

§ 1º - De dois em dois anos cessará o mandato de metade dos Membros do Conselho e ao ser constituído, 12 (doze) Conselheiros terão mandato de 04 (quatro) anos e os demais terão mandato de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

É fundamental que para a continuidade dos trabalhos a substituição total criaria problemas. Da forma proposta, a emenda evitará o problema.

ASSINATURA 10	<i>Paes Landim</i>
------------------	--------------------

MP00711

00059

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº. PRONTUÁRIO
---------------------------------	----------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 7º, da Lei 4024/61, a seguinte redação:

Art. 7º - Ao ministério da Educação e do Desporto, incumbe velar pela observância das Leis da Educação e pelo conjunto das decisões do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não há justificativa plausível para alterar os procedimentos vigentes.

ASSINATURA

MF00711

00060

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
21 / 11 / 94

PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR
Deputado JOÃO HENRIQUE

Nº PRONTUÁRIO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA
01 de 01

ARTIGO
79

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 7º, da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 7º - Ao ministério da Educação e do Desporto, incumbe velar pela observância das Leis da Educação e pelo conjunto das decisões do Conselho Nacional de Educação.

JUSTIFICATIVA

Não há justificativa plausível para alterar os procedimentos vigentes.

ASSINATURA

MF00711

00061

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº. PROTOCOLO 1579-9
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	---

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------


TEXTO

Acrescente-se ao Art. 1º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere o Art. 6º, da Lei 4024/61, o parágrafo 2º, transformando-se em parágrafo 1º, o parágrafo único da Medida.

§º 2º - Ficam convalidados os atos, pareceres e decisões do Conselho Federal de Educação, exarados até 18º (dezoito) de outubro de 1994, para resguardo de direito adquirido e ato jurídico perfeito”.

JUSTIFICATIVA

Há decisões e pareceres exarados pelo extinto Conselho Federal de Educação, em fase final ou fechamento de processos, inclusive quanto à autorização de funcionamento e reconhecimento, que devem prevalecer, para não prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, como previsto na Constituição Federal.

ASSINATURA 

MF00711

00062

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº. PRONTUÁRIO 1579-9
-----------------------------------	--------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

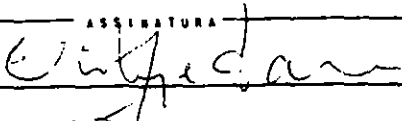
TEXTO

Acrescente-se ao final do Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º da Lei nº 4 024/61, a seguinte expressão:

"Art. 6º...ouvido o Conselho Federal de Educação, quando se tratar de matéria de natureza não rotineira, administrativa".

JUSTIFICATIVA

A medida provisória transforma o Ministério da Educação em órgão único, detentor de todos os poderes e decisões, centralizador e totalitário, com retorno a uma política de sessenta anos atrás, contrariando ao estado moderno, que é dinâmico, descentralizador e democrático.

ASSINATURA 
--

MF00711

00063

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº. PRONTUÁRIO 1579-9
-----------------------------------	--------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

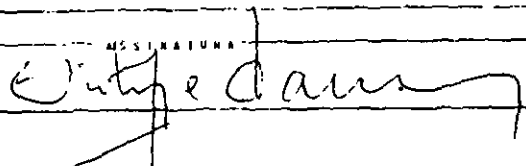
Acrescente-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º, da Lei nº 4 024/61, os parágrafos 2º e 3º, transformando-se em parágrafo 1º, o parágrafo Único da Medida:

§ 2º - Ficam convalidados os atos, pareceres e decisões do Conselho Federal de Educação, exarados até 18 (dezoito) de outubro de 1994, para resguardo de direito adquirido e ato jurídico perfeito".

§ 3º - Nos processos de Autorização e Reconhecimento de Universidades, prevalecerão os Relatórios das Comissões de Acompanhamento".

JUSTIFICATIVA

Há decisões e pareceres exarados pelo extinto Conselho Federal de Educação, em fase final ou de fechamento de processos, inclusive quanto à autorização de funcionamento e reconhecimento, que devem prevalecer, para não prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, como previsto na Constituição Federal.

10 

MF00711

00064

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 21 / 11 / 94	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
4 AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	5 NO. PROPOSTA
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
7 PÁGINA 01 de 01	8 ARTIGO 1º

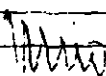
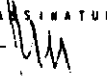
TEXTO

Acrescente-se ao Art. 1º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere o Art. 6º, da Lei 4024/61, o parágrafo 2º, transformando-se em parágrafo 1º, o parágrafo único da Medida.

§º 2º - Ficam convalidados os atos, pareceres e decisões do Conselho Federal de Educação, exarados até 18 (dezoito) de outubro de 1994, para resguardo de direito adquirido e ato jurídico perfeito".

JUSTIFICATIVA

Há decisões e pareceres exarados pelo extinto Conselho Federal de Educação, em fase final ou fechamento de processos, inclusive quanto à autorização de funcionamento e reconhecimento, que devem prevalecer, para não prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, como previsto na Constituição Federal.

10  ASSINATURA 

MP00711

00065

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994	
AUTOR Dep PAES LANDIM		NO. PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 12	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Acrescente-se ao final do Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º da Lei nº 4 024/61, a seguinte expressão:

“Art. 6º...,ouvido o Conselho Federal de Educação, quando se tratar de matéria de natureza não rotineira, administrativa”.

JUSTIFICATIVA

A medida provisória transforma o Ministério da Educação em órgão único, detentor de todos os poderes e decisões, centralizador e totalitário, com retorno a uma política de sessenta anos atrás, contrariando ao estado moderno, que é dinâmico, descentralizador e democrático.

10  ASSINATURA

11/11/94

000000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 2 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PRONTUÁRIO 5
-------------------------------------	--------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOVAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 1º	PARÁGRAFO 9	INCISO 10	ALÍNEA 11
----------------------	----------------	----------------	--------------	--------------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º, da Lei nº 4 024/61, os parágrafos 2º e 3º, transformando-se em parágrafo 1º, o parágrafo Único da Medida:

§ 2º - Ficam convalidados os atos, pareceres e decisões do Conselho Federal de Educação, exarados até 18 (dezoito) de outubro de 1994, para resguardo de direito adquirido e ato jurídico perfeito".

§ 3º - Nos processos de Autorização e Reconhecimento de Universidades, prevalecerão os Relatórios das Comissões de Acompanhamento".

JUSTIFICATIVA

Há decisões e pareceres exarados pelo extinto Conselho Federal de Educação, em fase final ou de fechamento de processos, inclusive quanto à autorização de funcionamento e reconhecimento, que devem prevalecer, para não prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, como previsto na Constituição Federal.

10	ASSINATURA
----	------------

O TEXTO DEVE SER DIGITADO EM DUPLICAÇÃO E APRESENTADO EM 4 VIAS

MP00711

00067

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994

AUTOR	Nº. PRONTUÁRIO
DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01	1º			

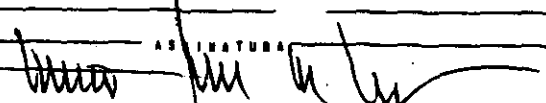
TEXTO

Acrescente-se ao final do Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º da Lei nº 4 024/61, a seguinte expressão:

"Art. 6º...ouvido o Conselho Federal de Educação, quando se tratar de matéria de natureza não rotineira, administrativa".

JUSTIFICATIVA

A medida provisória transforma o Ministério da Educação em órgão único, detentor de todos os poderes e decisões, centralizador e totalitário, com retorno a uma política de sessenta anos atrás, contrariando ao estado moderno, que é dinâmico, descentralizador e democrático.

10  ASSINATURA

MP00711

00068

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR	Nº. PRONTUÁRIO
Dep. PAES LANDIN	

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 02	Art. 1º			

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º, da Lei nº

4024/61, os parágrafos 2º, 3º e 4º, transformando-se em parágrafo 1º, o parágrafo Único da medida.

§ 2º - Ficam convalidados os atos, pareceres e decisões do Conselho Federal de Educação, exarados até 18 (dezoito) de outubro de 1994, para resguardo de direito adquirido e ato jurídico perfeito.

§ 3º - Nos processos de Autorização e Reconhecimento de Universidades, prevalecerão os Relatórios das Comissões de Acompanhamento.

§ 4º - Estão sujeitos apenas a Avaliação, e não a Reconhecimento, os projetos de Universidades aprovados via Autorização e que já tenham sido homologados por Portaria Ministerial.

JUSTIFICATIVA

Há decisões e pareceres exarados pelo extinto Conselho Federal de Educação, em fase final ou de fechamento de processos, inclusive quanto à autorização de funcionamento e reconhecimento, que devem prevalecer, para não prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, como previsto na Constituição Fe

No caso das instituições que já possuem atos autorizativos de seus projetos de Universidade, está claro que não devem estar sujeitos ao Reconhecimento, mas apenas a Avaliação de seus Cursos como estabelece a Lei Maior em seu Art.º 209.

ASSINATURA
11/11/94

MF00711

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994	
AUTOR Dep. PAES LANDIM		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º, da Lei nº 4 024/61, os parágrafos 2º e 3º, transformando-se em parágrafo 1º, o parágrafo Único da Medida:

§ 2º - Ficam convalidados os atos, pareceres e decisões do Conselho Federal de Educação, exarados até 18 (dezoito) de outubro de 1994, para resguardo de direito adquirido e ato jurídico perfeito”.

§ 3º - Nos processos de Autorização e Reconhecimento de Universidades, prevalecerão os Relatórios das Comissões de Acompanhamento”.

JUSTIFICATIVA

Há decisões e pareceres exarados pelo extinto Conselho Federal de Educação, em fase final ou de fechamento de processos, inclusive quanto à autorização de funcionamento e reconhecimento, que devem prevalecer, para não prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, como previsto na Constituição Federal.

ASSINATURA

Nas Audi

MP00711

00070

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	NO. PROTOUÁRIO 5
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 18
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 1º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere o Art. 6º, da Lei 4024/61, o parágrafo 2º, transformando-se em parágrafo 1º, o parágrafo único da Medida.

§º 2º - Ficam convalidados os atos, pareceres e decisões do Conselho Federal de Educação, exarados até 18 (dezoito) de outubro de 1994, para resguardo de direito adquirido e ato jurídico perfeito”.

JUSTIFICATIVA

Há decisões e pareceres exarados pelo extinto Conselho Federal de Educação, em fase final ou fechamento de processos, inclusive quanto à autorização de funcionamento e reconhecimento, que devem prevalecer, para não prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, como previsto na Constituição Federal.

ASSINATURA

MF-00711

00071

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº PROTOCOLO
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 12

TEXTO

Acrescente-se ao final do Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º da Lei nº 4 024/61, a seguinte expressão:

"Art. 6º...ouvido o Conselho Federal de Educação, quando se tratar de matéria de natureza não rotineira, administrativa".

JUSTIFICATIVA

A medida provisória transforma o Ministério da Educação em órgão único, detentor de todos os poderes e decisões, centralizador e totalitário, com retorno a uma política de sessenta anos atrás, contrariando ao estado moderno, que é dinâmico, descentralizador e democrático.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº PROTOCOLO
---------------------------------	--------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO 2º e 3º	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	----------------------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao Art. 6º, da Lei nº 4 024/61, os parágrafos 2º e 3º, transformando-se em parágrafo 1º, o parágrafo Único da Medida:

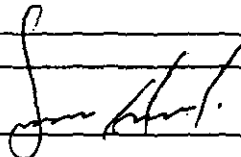
§ 2º - Ficam convalidados os atos, pareceres e decisões do Conselho Federal de Educação, exarados até 18 (dezoito) de outubro de 1994, para resguardo de direito adquirido e ato jurídico perfeito".

§ 3º - Nos processos de Autunzação e Reconhecimento de Universidades, prevalecerão os Relatórios das Comissões de Acompanhamento".

JUSTIFICATIVA

Há decisões e pareceres exarados pelo extinto Conselho Federal de Educação, em fase final ou de fechamento de processos, inclusive quanto à autorização de funcionamento e reconhecimento, que devem prevalecer, para não prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, como previsto na Constituição Federal.

ASSINATURA



MP00711

00073

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FAÇIONI	Nº. PROTOCOLO 1579-9
----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVO	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVO	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

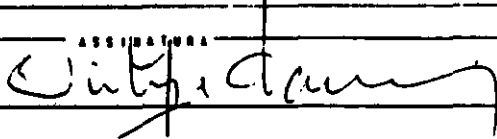
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

Suprima-se no Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que diz respeito ao § 1º, do Art. 48, da Lei nº 4 024/61.

JUSTIFICATIVA

O Parágrafo como se apresenta, daria ao Ministro da Educação e do Desporto, autoridade discricionária sobre a Universidade, ferindo preceitos constitucionais que estabelece a autonomia da Universidade.

ASSINATURA 
--

MP00711

00074

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FAÇIONI	Nº. PROTOCOLO 1579-9
----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVO	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVO	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

Suprima-se no Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao § 1º, do Art. 48, da Lei nº 4.024/61.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo como se apresenta, daria ao Ministério da Educação e do Desporto, autoridade discricionária sobre a Universidade ferindo preceitos constitucionais que estabelece a autonomia da Universidade.

ASSINATURA

10

MP00711

00075

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº. PROPOSTA	
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 29	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Suprima-se no Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao § 1º, do Art. 48, da Lei nº 4.024/61.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo como se apresenta, daria ao Ministério da Educação e do Desporto, autoridade discricionária sobre a Universidade ferindo preceitos constitucionais que estabelece a autonomia da Universidade.

ASSINATURA

10

MP00711

00076

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 1º	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se no Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que diz respeito ao § 1º, do Art. 48, da Lei nº 4 024/61.

JUSTIFICATIVA

O Parágrafo como se apresenta, daria ao Ministro da Educação e do Desporto, autoridade discricionária sobre a Universidade, ferindo preceitos constitucionais que estabelece a autonomia da Universidade.

ASSINATURA

MP00711

00077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se no Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que se refere ao § 1º, do Art. 48, da Lei nº 4.024/61.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo como se apresenta, daria ao Ministério da Educação e do Desporto, autoridade discricionária sobre a Universidade ferindo preceitos constitucionais que estabelece a autonomia da Universidade.

ASSINATURA

10

MP00711

00078

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
21	11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
4	AUTOR		5
Deputado JOÃO HENRIQUE		IN PORTUÁRIO	
6	1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVO 4 <input type="checkbox"/> ADITIVO 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO
01 de 01		2	
9			

TEXTO

Suprima-se no Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o que diz respeito ao § 1º, do Art. 48, da Lei nº 4 024/61.

JUSTIFICATIVA

O Parágrafo como se apresenta, daria ao Ministro da Educação e do Desporto, autoridade discricionária sobre a Universidade, ferindo preceitos constitucionais que estabelece a autonomia da Universidade.

ASSINATURA

10

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21/11/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994
------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FAECIONI	Nº PRONTUÁRIO
-----------------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	--	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

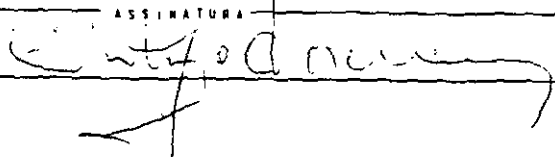
TEXTO

Dê-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 711. de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao § 2º do Art. 47, da Lei 4.024/61, a seguinte redação:

§ 2º - A competência do Conselho Nacional de Educação para decidir sobre o funcionamento e reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior particulares, prevista nos incisos II, III e IV do Art. 9º da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, referida no parágrafo anterior, poderá contar com a colaboração opinativa dos Conselhos Estaduais de Educação.

JUSTIFICATIVA

A colaboração dos Conselhos Estaduais de Educação será muito útil na política de expansão do ensino superior brasileiro. Caberá, no entanto, ao Conselho Nacional de Educação, a autorização e reconhecimento final dos estabelecimentos particulares de ensino superior, principalmente com vistas ao melhor controle da expansão e nível de qualidade desses estabelecimentos de ensino. Se as autorizações e os reconhecimentos forem delegados aos Estados, dificilmente teremos uma política austera de expansão do ensino superior no Brasil, além de dificultar a formação adequada de mão de obra superior para o desenvolvimento nacional.

ASSINATURA 
--

MP00711

00080

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº. PRONTUÁRIO
-----------------------------------	----------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao art. 48 da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 48 - O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, após inquérito administrativo, proposto pelo Conselho Nacional de Educação, suspenderá a autonomia da Universidade e intervirá em qualquer estabelecimento de Ensino Superior, por motivo de infração da Legislação do ensino ou de preceito estatutário regimental.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar a critério de um Ministro de Estado, que pode representar facção política, suspender a autonomia da Universidade e intervir em estabelecimentos isolados, sem a anuência prévia do C.N.E., que é o órgão moderador.

O TEXTO DEVE SER DITADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

10 _____ ASSINATURA

MP00711

00081

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994	
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE		Nº PROTOUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAIS			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 20	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao art. 48 da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 48 - O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, após inquérito administrativo, proposto pelo Conselho Nacional de Educação, suspenderá a autonomia da Universidade e intervirá em qualquer estabelecimento de Ensino Superior, por motivo de infringência da Legislação do ensino ou de preceito estatutário regimental.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar a critério de um Ministro de Estado, que pode representar facção política, suspender a autonomia da Universidade e intervir em estabelecimentos isolados, sem a anuência prévia do C.N.E., que é o órgão moderador.

ASSINATURA

MP 00711

000022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
4 Deputado JOÃO HENRIQUE	5

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA-B	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO CLINAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01	2º			

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere o Art. 48, da Lei nº 4024/61, os parágrafos 3º e 4º.

§ 3 - A intervenção não atingirá a gestão econômica-financeira.

§ 4º - As medidas previstas neste artigo só poderão ser aplicados após inquérito que comprove as irregularidades, no qual se proporcione amplo direito de defesa".

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal garante a autonomia econômica-financeira e não pode o Poder Público nela interferir, por contrariar o previsto no art. 209 da C.F. ou por ficar o estado sujeito a indenizar pelas consequências que advier da intervenção.

Por outro lado, o artigo da medida provisória confere poderes discricionários ao Ministro da Educação, contrariando ainda o princípio constitucional de ampla defesa e de que nenhuma punição pode ser aplicada sem o competente processo apurador.

10 ASSINATURA 

MP-00711

00083

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994	
AUTOR JOAO FAUSTINO		Nº. PROTOUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere ao § 2º do Art. 47, da Lei 4024/61, a seguinte redação:

§ 2º - A competência do Conselho Nacional de Educação para decidir sobre o funcionamento e reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior particulares, prevista nos incisos II, III e IV do Art. 9º da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, referida no parágrafo anterior, poderá contar com a colaboração opinativa dos Conselhos Estaduais de Educação.

JUSTIFICATIVA

A colaboração dos Conselhos Estaduais de Educação será muito útil na política de expansão do ensino superior brasileiro. Caberá, no entanto, ao Conselho Nacional de Educação, a autorização e reconhecimento final dos estabelecimentos particulares de ensino superior, principalmente com vistas ao melhor controle da expansão e nível de qualidade desses estabelecimentos de ensino. Se as autorizações e os reconhecimentos forem delegados aos Estados, dificilmente teremos uma política austera de expansão do ensino superior no Brasil, além de dificultar a formação adequada de mão de obra superior para o desenvolvimento nacional.

ASSINATURA

João Faustino

HF00711

00084

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR	Nº PROTOFÓRMO
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1549-9

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAIS
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	---

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01				

TEXTO

Dê-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao art. 48 da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 48 - O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, após inquérito administrativo, proposto pelo Conselho Nacional de Educação, suspenderá a autonomia da Universidade e intervirá em qualquer estabelecimento de Ensino Superior, por motivo de infringência da Legislação do ensino ou de preceito estatutário regimental.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar a critério de um Ministro de Estado, que pode representar facção política, suspender a autonomia da Universidade e intervir em estabelecimentos isolados, sem a anuência prévia do C.N.E., que é o órgão moderador.

10	ASSINATURA
	

MF00711

00085

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 JOAO FAUSTINO	Nº PRONTUÁRIO 5
--------------------------	--------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 6	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	-------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao art. 48 da Lei nº 4 024/61, a seguinte redação:

Art. 48 - O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, após inquérito administrativo, proposto pelo Conselho Nacional de Educação, suspenderá a autonomia da Universidade e intervirá em qualquer estabelecimento de Ensino Superior, por motivo de infringência da Legislação do ensino ou de preceito estatutário regimental.

JUSTIFICATIVA

Não se pode deixar a critério de um Ministro de Estado, que pode representar facção política, suspender a autonomia da Universidade e intervir em estabelecimentos isolados, sem a anuência prévia do C.N.E., que é o órgão moderador.

10	ASSINATURA 
----	---

MP00711

00086

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO VICTOR FACCIONE	1579-4

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01				

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere o Art. 48, da Lei nº 4024/61, os parágrafos 3º e 4º.

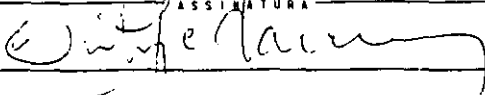
§ 3 - A intervenção não atingirá a gestão econômica-financeira.

§ 4º - As medidas previstas neste artigo só poderão ser aplicados após inquérito que comprove as irregularidades, no qual se proporcione amplo direito de defesa".

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal garante a autonomia econômica-financeira e não pode o Poder Público nela interferir, por contrariar o previsto no art. 209 da C.F. ou por ficar o estado sujeito a indenizar pelas consequências que advier da intervenção.

Por outro lado, o artigo da medida provisória confere poderes discricionários ao Ministro da Educação, contrariando ainda o princípio constitucional de ampla defesa e de que nenhuma punição pode ser aplicada sem o competente processo apurador.

10	ASSINATURA
	

11-00711

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PROPOSTA 5
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAIS
---------------------------------------	---	---	---	---

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 22	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere o Art. 48, da Lei nº 4024/61, os parágrafos 3º e 4º.

§ 3 - A intervenção não atingirá a gestão econômica-financeira.

§ 4º - As medidas previstas neste artigo só poderão ser aplicados após inquérito que comprove as irregularidades, no qual se proporcione amplo direito de defesa".

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal garante a autonomia econômica-financeira e não pode o Poder Público nela interferir, por contrariar o previsto no art. 209 da C.F. ou por ficar o estado sujeito a indenizar pelas consequências que advier da intervenção.

Por outro lado, o artigo da medida provisória confere poderes discricionários ao Ministro da Educação, contrariando ainda o princípio constitucional de ampla defesa e de que nenhuma punição pode ser aplicada sem o competente processo apurador.

10 _____ ASSINATURA _____

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994			
AUTOR 4 Dep. PAES LANDIM	Nº PROMITÓRIO 5			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAIS				
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 2 - 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que se refere o Art. 48, da Lei nº 4024/61, os parágrafos 3º e 4º.

§ 3 - A intervenção não atingirá a gestão econômica-financeira.

§ 4º - As medidas previstas neste artigo só poderão ser aplicados após inquérito que comprove as irregularidades, no qual se proporcione amplo direito de defesa".

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal garante a autonomia econômica-financeira e não pode o Poder Público nela interferir, por contrariar o previsto no art. 209 da C.F. ou por ficar o estado sujeito a indenizar pelas consequências que advier da intervenção.

Por outro lado, o artigo da medida provisória confere poderes discricionários ao Ministro da Educação, contrariando ainda o princípio constitucional de ampla defesa e de que nenhuma punição pode ser aplicada sem o competente processo apurador.

10 ASSINATURA
Nas Collyer

MP00711

00087

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994

AUTOR	Nº PROTOCO
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	

1	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4	<input type="checkbox"/> ADITIVA	5	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL
---	-------------------------------------	---	---------------------------------------	---	---------------------------------------	---	----------------------------------	---	---

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01				

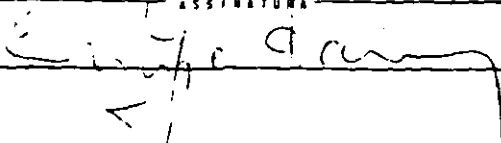
TEXTO

Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a seguinte redação:

Art. 4º - Ficam extintos os mandatos dos atuais Membros do Conselho Federal de Educação, devendo o Ministro da Educação e do Desporto exercer as atividades do Conselho Nacional de Educação, ate sua estruturação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

JUSTIFICATIVA

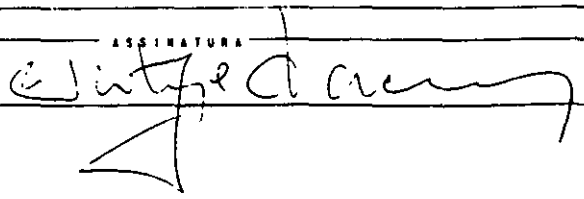
Criado o C.N.E., não se justifica o seu não funcionamento no prazo superior a 60 (sessenta) dias, em vista do que reza o Art. 5º da Medida Provisória, que cria uma Comissão, com a tarefa de adotar as providências necessárias à organização e ao funcionamento da área Administrativa do C.N.E.

10	ASSINATURA
	

ME-00711

00090

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711 de 17/NOVEMBRO/1994	
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI		Nº. PRONTUÁRIO 1579-9	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			
TEXTO			
<p>Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a seguinte redação:</p> <p>Art. 4º - Ficam extintos os mandatos dos atuais membros do Conselho Federal de Educação, devendo, até 28 de fevereiro de 1995, serem nomeados os novos membros do Conselho Nacional de Educação.</p> <p>§ Único - Até que se instale o Conselho Nacional de Educação, as funções do antigo Conselho Federal de Educação serão exercidas por uma Comissão Especial nomeada pelo Ministro da Educação e do Desporto.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>O prazo para instalar-se o Conselho Nacional de Educação, até 30 de abril de 1995, é extremamente longo para um órgão de tamanha importância para a educação brasileira. Além do mais, a Comissão Especial a ser nomeada pelo atual Ministro da Educação e do Desporto perderá, sem dúvida, um grande tempo em adaptar-se à legislação do extinto Conselho Federal de Educação, sem contar que, em janeiro de 1995, haverá uma mudança de governo e, conseqüentemente, nos vários escalões do MEC. Assim, é preferível que haja antecipação no prazo para instalar-se o Conselho Nacional de Educação e que o órgão inicie suas atividades com a maior brevidade possível.</p>			
ASSINATURA 			

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<p>DATA</p> <p>21 / 11 / 94</p>	<p>PROPOSIÇÃO</p> <p>1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994</p>
<p>AUTOR</p> <p>4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA</p>	<p>Nº PRONTUÁRIO</p> <p>5</p>
<p>1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA</p>	
<p>PÁGINA</p> <p>1 01 de 01</p>	<p>ARTIGO</p> <p>4º</p>
<p>PARÁGRAFO</p> <p>INCISO</p> <p>ALÍNEA</p>	
<p>TEXTO</p>	
<p>Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a seguinte redação:</p> <p>Art. 4º - Ficam extintos os mandatos dos atuais Membros do Conselho Federal de Educação, devendo o Ministro da Educação e do Desporto exercer as atividades do Conselho Nacional de Educação, até sua estruturação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Criado o C.N.E., não se justifica o seu não funcionamento no prazo superior a 60 (sessenta) dias, em vista do que reza o Art. 5º da Medida Provisória, que cria uma Comissão, com a tarefa de adotar as providências necessárias à organização e ao funcionamento da área Administrativa do C.N.E.</p>	
<p>ASSINATURA</p> <p>10</p>	

131 0 57 1 1

00022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711 de 17/NOVEMBRO/1994
----------------------	--

AUTOR JOÃO PAUSTINO	Nº PROTOCO 5
------------------------	-----------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	--	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a seguinte redação:

Art. 4º - Ficam extintos os mandatos dos atuais membros do Conselho Federal de Educação, devendo, até 28 de fevereiro de 1995, serem nomeados os novos membros do Conselho Nacional de Educação.

§ Único - Até que se instale o Conselho Nacional de Educação, as funções do antigo Conselho Federal de Educação serão exercidas por uma Comissão Especial nomeada pelo Ministro da Educação e do Desporto.

JUSTIFICATIVA

O prazo para instalar-se o Conselho Nacional de Educação, até 30 de abril de 1995, é extremamente longo para um órgão de tamanha importância para a educação brasileira. Além do mais, a Comissão Especial a ser nomeada pelo atual Ministro da Educação e do Desporto perderá, sem dúvida, um grande tempo em adaptar-se à legislação do extinto Conselho Federal de Educação, sem contar que, em janeiro de 1995, haverá uma mudança de governo e, consequentemente, nos vários escalões do MEC. Assim, é preferível que haja antecipação no prazo para instalar-se o Conselho Nacional de Educação e que o órgão inicie suas atividades com a maior brevidade possível.

10	ASSINATURA 
----	---

2. LUGAR PARA A ASSINATURA DO LEGISLADOR E ATESTADO DE RECEBIMENTO

000000

000000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR JOAO FAUSTINO	Nº PRONTUÁRIO
------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a seguinte redação:

Art. 4º - Ficam extintos os mandatos dos atuais Membros do Conselho Federal de Educação, devendo o Ministro da Educação e do Desporto exercer as atividades do Conselho Nacional de Educação, até sua estruturação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

JUSTIFICATIVA

Criado o C.N.E., não se justifica o seu não funcionamento no prazo superior a 60 (sessenta) dias, em vista do que reza o Art. 5º da Medida Provisória, que cria uma Comissão, com a tarefa de adotar as providências necessárias à organização e ao funcionamento da área Administrativa do C.N.E.

ASSINATURA 

MF00711

00094

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994			
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº PROTOCOLO			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL				
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a seguinte redação:

Art. 4º - Ficam extintos os mandatos dos atuais Membros do Conselho Federal de Educação, devendo o Ministro da Educação e do Desporto exercer as atividades do Conselho Nacional de Educação, até sua estruturação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

JUSTIFICATIVA

Criado o C.N.E., não se justifica o seu não funcionamento no prazo superior a 60 (sessenta) dias, em vista do que reza o Art. 5º da Medida Provisória, que cria uma Comissão, com a tarefa de adotar as providências necessárias à organização e ao funcionamento da área Administrativa do C.N.E.

ASSINATURA

10

MP 00711

00095

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº PRONTUÁRIO 349-9
-----------------------------------	------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------


TEXTO

Acrescente-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o seguinte parágrafo único.

Parágrafo Único - Os Conselheiros que forem assumindo, na forma explicitada no caput deste artigo, terão seus mandatos correspondentes ao tempo que faltava para os antecessores concluírem seus mandatos regimentais.

JUSTIFICATIVA

Procura-se desta forma assegurar a continuidade dos trabalhos iniciados pelo atuais Conselheiros, além de unificar, posteriormente os mandatos dos futuros Conselheiros.

10	ASSINATURA 
----	--

HF00711

00096

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº. PROTOCOLO 5
-------------------------------------	--------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 101 de 01	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o seguinte parágrafo único.

Parágrafo Único - Os Conselheiros que forem assumindo, na forma explicitada no caput deste artigo, terão seus mandatos correspondentes ao tempo que faltava para os antecessores concluírem seus mandatos regimentais.

JUSTIFICATIVA

Procura-se desta forma assegurar a continuidade dos trabalhos iniciados pelo atuais Conselheiros, além de unificar, posteriormente os mandatos dos futuros Conselheiros.

V. LEALIN DEPT. DE REG. PARLAMENTAR E REPRESENTAÇÃO Nº 3 21/11/94

10	ASSINATURA
----	------------

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/Novembro/1994
----------------------	---

AUTOR Dep. PAES LANDIM	Nº PRONTUÁRIO
---------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 42	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o seguinte parágrafo único.

Parágrafo Único - Os Conselheiros que forem assumindo, na forma explicitada no caput deste artigo, terão seus mandatos correspondentes ao tempo que faltava para os antecessores concluírem seus mandatos regimentais.

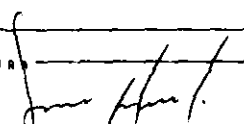
JUSTIFICATIVA

Procura-se desta forma assegurar a continuidade dos trabalhos iniciados pelo atuais Conselheiros, além de unificar, posteriormente os mandatos dos futuros Conselheiros.

O TEXTO DEVE SER MANUSEADO E REGISTRO EM SEUS DIÁRIOS

ASSINATURA 10	<i>Paes Landim</i>
------------------	--------------------

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 22 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 21/novembro/1994	
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			
TEXTO			
<p>Acréscense-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, o seguinte parágrafo único.</p> <p>Parágrafo Único - Os Conselheiros que forem assumindo, na forma explicitada no caput deste artigo, terão seus mandatos correspondentes ao tempo que faltava para os antecessores concluírem seus mandatos regimentais.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Procura-se desta forma assegurar a continuidade dos trabalhos iniciados pelo atuais Conselheiros, além de unificar, posteriormente os mandatos dos futuros Conselheiros.</p>			
ASSINATURA 			

MF-00711

000000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº PRONTUÁRIO 5 1549-9
-------------------------------------	---------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO


Acrescente-se ao final do Art. 7º da Medida Provisória nº 711, de 18 de novembro de 1994, a seguinte expressão:

"Art. 7º ..., bem como o Decreto nº 1303, de 08 de novembro de 1994".

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um Decreto elaborado com base na Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994, que foi reeditada com o nº 711, de 17 de novembro de 1994, que só agora está sendo devidamente apreciada pelo Congresso Nacional, que deverá alterá-la substancialmente em vista de sua transformação em Lei.

Assim, propugna-se como de bom senso revogar-se o referido Decreto para que, com base nas questões soberanas do Poder Legislativo, o Poder Executivo edite um novo Decreto, em consonância com as novas diretrizes legais.

ASSINATURA 10	
------------------	--

0000711

00100

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PRONTUÁRIO 5
-------------------------------------	--------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA
---------------------------------------	---	---	---	---

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	-------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao final do Art. 7º da Medida Provisória nº 711, de 18 de novembro de 1994, a seguinte expressão:

"Art. 7º ..., bem como o Decreto nº 1303, de 08 de novembro de 1994".

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um Decreto elaborado com base na Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994, que foi reeditada com o nº 711, de 17 de novembro de 1994, que só agora está sendo devidamente apreciada pelo Congresso Nacional, que deverá alterá-la substancialmente em vista de sua transformação em Lei.

Assim, propugna-se como de bom senso revogar-se o referido Decreto para que, com base nas questões soberanas do Poder Legislativo, o Poder Executivo edite um novo Decreto, em consonância com as novas diretrizes legais.

10	ASSINATURA
----	------------

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994	
AUTOR Dep. PAES LANDIM		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 79	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Acrescente-se ao final do Art. 7º da Medida Provisória nº 711, de 18 de novembro de 1994, a seguinte expressão:

“Art. 7º ..., bem como o Decreto nº 1303, de 08 de novembro de 1994”.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um Decreto elaborado com base na Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994, que foi reeditada com o nº 711, de 17 de novembro de 1994, que só agora está sendo devidamente apreciada pelo Congresso Nacional, que deverá alterá-la substancialmente em vista de sua transformação em Lei.

Assim, propugna-se como de bom senso revogar-se o referido Decreto para que, com base nas questões soberanas do Poder Legislativo, o Poder Executivo edite um novo Decreto, em consonância com as novas diretrizes legais.

10 ASSINATURA
Paulo Landim

MP 00711

001012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994			
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	DE PROMOTORIO			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 7º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao final do Art. 7º da Medida Provisória nº 711, de 18 de novembro de 1994, a seguinte expressão:

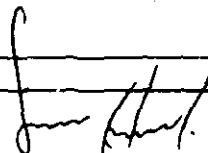
"Art. 7º ..., bem como o Decreto nº 1303, de 08 de novembro de 1994".

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um Decreto elaborado com base na Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994, que foi reeditada com o nº 711, de 17 de novembro de 1994, que só agora está sendo devidamente apreciada pelo Congresso Nacional, que deverá alterá-la substancialmente em vista de sua transformação em Lei.

Assim, propugna-se como de bom senso revogar-se o referido Decreto para que, com base nas questões soberanas do Poder Legislativo, o Poder Executivo edite um novo Decreto, em consonância com as novas diretrizes legais.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº PRONTUÁRIO
---------------------------------	---------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 02	ARTIGO 89	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao Art. 8º da Lei nº 4.024/61, a seguinte redação:

Art. 8º - O Conselho Federal de Educação é composto de 24 (vinte e quatro) Conselheiros, nomeados pelo Presidente da República, após apreciação dos indicados pela Comissão de Educação do Senado Federal, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, escolhidos dentre brasileiros de reputação ilibada e de notável saber e experiência em matéria de Educação, levando-se em consideração de neles serem devidamente representados as diversas regiões do País, os diversos níveis e modalidades de ensino e magistério Oficial e Particular.

JUSTIFICATIVA

O Conselho Federal de Educação é um colegiado que representa a sociedade brasileira e não o Ministério. Desta forma a composição do C.F.E. deve ser de nomeação do Presidente da República, após a apreciação pela Comissão de Educação do Senado Federal.

Não se justifica a composição corporativa de um colegiado que deve estar acima de interesses de grupos, partidos políticos, grupos de pressão, corporação de profissões ou facções diversas. O C.F.E. deve estar subordinado ao MEC, embora faça parte da estrutura educacional.

Por outro lado não se justifica impedir a recondução de Conselheiros que podem estar desenvolvendo trabalhos relevantes. A forma de nomeação prevista, cria uma co-responsabilidade entre o Poder Legislativo, moderador e representante da sociedade e o Poder Executivo.

10	ASSINATURA
----	------------

IN: DATACOMPARADO E APRESENTADO EM 4 VIAS.

IN: DATACOMPARADO E APRESENTADO EM 4 VIAS.

[Assinatura]

MF00711

00104

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
21 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994

AUTOR	NO. PRONTUÁRIO
Deputado JOÃO HENRIQUE	

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01	89	III		

TEXTO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 3º do art. 8º da Lei nº 4024/61, de 20 de dezembro de 1961, a seguinte redação:

§ 3º - O Presidente do Conselho Nacional de Educação será escolhido pelo Colegiado, para um mandato de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

A indicação do Presidente do Conselho Nacional de Educação ou de qualquer colegiado deve ser de competência do próprio Conselho, não se justificando a sua nomeação pelo Presidente da República.

ASSINATURA

10

MF00711

00105

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE	Nº PROPOSTA
---------------------------------	-------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO CLONAL
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 89	PARÁGRAFO I	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------------	----------------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, no que diz respeito ao § 1º, do art. 8º da Lei nº 4024/61, a seguinte redação:

§ 1º - De dois em dois anos cessará o mandato de metade dos Membros do Conselho e ao ser constituído, 12 (doze) Conselheiros terão mandato de 04 (quatro) anos e os demais terão mandato de 02 (dois) anos.

JUSTIFICATIVA

É fundamental que para a continuidade dos trabalhos a substituição total criaria problemas. Da forma proposta, a emenda evitará o problema.

10	ASSINATURA 
----	--

MF00711

00106

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSTAÇÃO
21/ 11/ 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711 de 17/novembro/1994

AUTOR	Nº. PROTOCO
DEPUTADO VICTOR FARCIANI	1579-9

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO CLONAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01	8º			

TEXTO

Acrescente-se ao final do Art. 8º, da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a seguinte redação:

"Art. 8º", bem como os Decretos nº 1303, de 08 de novembro de 1994.

Ficando o Art. 8º com a seguinte redação:

Art. 8º - Ficam revogados o Art. 15 da Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, o art. 46 da Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, bem como o Decreto nº 1303, de 08 de novembro de 1994.

JUSTIFICATIVA

O Decreto nº 1303, de 08 de novembro de 1994, foi editado em função da extinção do Conselho Federal de Educação. No entanto, havendo uma Comissão Especial e antecipando-se o início de funcionamento do Conselho Nacional de Educação para fevereiro de 1995, como por nós sugerido, o Decreto nº 1303/94 perde sua finalidade.

Além do mais, o Decreto está eivado de inconstitucionalidades, é extremamente centralizador, invadindo ainda a autonomia e competência dos Estados.

10 ASSINATURA



MF00711

00107

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº DE PROTOCOLO 1549-9
-----------------------------------	---------------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO CLONAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

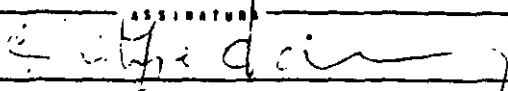
Substitua-se, todos os dispositivos da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a expressão:

"Conselho Nacional de Educação" pela expressão "Conselho Federal de Educação".

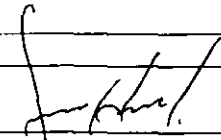
JUSTIFICATIVA

Não tem sentido mudar-se o nome já tradicional e respeitado do Conselho Federal de Educação para Conselho Nacional de Educação, pois a República Federativa do Brasil, como o próprio nome diz, é uma Federação e não um Estado Unitário.

A manutenção do nome do Conselho Federal de Educação é, portanto, de fundamental importância para se respeitar a estrutura federativa do Brasil.

10	ASSINATURA 
----	--

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994	
AUTOR Deputado JOÃO HENRIQUE		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA.			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA
TEXTO			
<p>Substitua-se, todos os dispositivos da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a expressão:</p> <p>“Conselho Nacional de Educação” pela expressão “Conselho Federal de Educação”.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Não tem sentido mudar-se o nome já tradicional e respeitado do Conselho Federal de Educação para Conselho Nacional de Educação, pois a República Federativa do Brasil, como o próprio nome diz, é uma Federação e não um Estado Unitário.</p> <p>A manutenção do nome do Conselho Federal de Educação é, portanto, de fundamental importância para se respeitar a estrutura federativa do Brasil.</p>			
ASSINATURA 			

1994-11-26 11:11

000000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21/11/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711, de 17/novembro/1994
AUTOR Dep. PAES LANDIM	Nº. PRONTUÁRIO 5
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Substitua-se, todos os dispositivos da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a expressão:

“Conselho Nacional de Educação” pela expressão
“Conselho Federal de Educação”.

JUSTIFICATIVA

Não tem sentido mudar-se o nome já tradicional e respeitado do Conselho Federal de Educação para Conselho Nacional de Educação, pois a República Federativa do Brasil, como o próprio nome diz, é uma Federação e não um Estado Unitário.

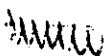



A manutenção do nome do Conselho Federal de Educação é, portanto, de fundamental importância para se respeitar a estrutura federativa do Brasil.

10 ASSINATURA
Paes Landim

MP00711

00110

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO	
21 / 11 / 94		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 711. de 17/novembro/1994	
AUTOR		Nº PORTUÁRIO	
DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA			
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> CONSTITUTIVO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
01 de 01			
TEXTO			
<p>Substitua-se, todos os dispositivos da Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994, a expressão:</p> <p>“Conselho Nacional de Educação” pela expressão “Conselho Federal de Educação”.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Não tem sentido mudar-se o nome já tradicional e respeitado do Conselho Federal de Educação para Conselho Nacional de Educação, pois a República Federativa do Brasil, como o próprio nome diz, é uma Federação e não um Estado Unitário.</p> <p>A manutenção do nome do Conselho Federal de Educação é, portanto, de fundamental importância para se respeitar a estrutura federativa do Brasil.</p>			
ASSINATURA			
   			

PUBLICADAS NO DCN, SEÇÃO II, DE 26/11/94

SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 1994

RERRATIFICAÇÃO

Na Resolução nº 62, de 1994, publicada no DCN (Seção II), de 21-10-94, pág. 5864, na ementa e no parágrafo único do art. 1º,

Onde se lê:

"... aquisição, ... mercado internacional ...",

Leia-se:

"....aquisição integral, ... mercado interno ...".

SUMÁRIO

1 – ATA DA 166ª SESSÃO, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Referente à seguinte matéria:

– Projeto de Lei do Senado nº 11/94-Complementar, que dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, e dá outras providências.

1.2.2 – Ofícios

– Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a emitir pareceres sobre as Medidas Provisórias nºs 719 e 721/94, respectivamente.

1.2.3 – Discurso do Expediente

– SENADOR JARBAS PASSARINHO – Apoio à decisão do Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, de destinar recursos para a recuperação e conclusão das obras da Rodovia Transamazônica.

1.2.4 – Comunicações da Presidência

– Prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 11/94-Complementar

– Recebimento do Aviso nº 466/94, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando a Decisão nº 660/94, referente a providências solicitadas pela Comissão de Orçamento, quanto à execução de projetos pela prefeitura de Guaçuí (ES).

– Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do artigo 174 do Regimento Interno.

1.2.5 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da 15ª Reunião Ordinária, do Conselho Deliberativo, realizada em 20 de outubro de 1994.

3 – MESA DIRETORA

4 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 166ª Sessão, em 25 de novembro de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Airton Oliveira – Carlos Patrocínio – Chagas Rodrigues – Epitácio Cafeteira – Francisco Rollemberg – Gilberto Miranda – Jacques Silva – Jarbas Passarinho – Joaquim Beato – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Eduardo – Lourival Baptista – Nabor Júnior – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER Nº 227, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1994 – Complementar, que "dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, e dá outras providências."

Relator: Senador Odacir Soares

I – Relatório

Veio a esta Comissão de Assuntos Econômicos para emissão de parecer o Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1994 – Complementar, de autoria do Senador Marco Maciel, que "dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, e dá outras providências."

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS foi criado pela Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, com a finalidade de dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter social que se enquadrem nas diretrizes e prioridades da estratégia de desenvolvimento social dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. A referida Lei instituiu em seu art. 2º, I a renda líquida das loterias esportiva e federal como um dos recursos básicos do Fundo.

A Constituição Federal de 1988, por outro lado, incluiu em seu art. 195, III, a receita de concursos de prognósticos entre os recursos a serem usados para o financiamento da seguridade social.

Atendendo àquele ditame constitucional, a Lei nº 7.856, de 24 de outubro de 1989, que altera a tributação de fundos de aplicação de curto prazo e dispõe sobre contribuições sociais, determinou, no *caput* § 4º, que a renda líquida de concursos de prognósticos, no âmbito do Governo Federal, passasse a constituir contribuição destinada à seguridade social. O § 3º do mesmo art. 4º fixou o percentual de 40% (quarenta por cento) do valor dessa contribuição como recurso do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, a ser aplicado na área da seguridade social.

Posteriormente, a Lei nº 7.921, de 12 de dezembro de 1989, que estipula o valor dos direitos a serem pagos a associações desportivas pelo uso de suas denominações e símbolos na Loteria Esportiva Federal, alterou, em seu art. 2º, o texto do § 3º do art. 4º da Lei nº 7.856, de 1989, eliminando a referência a que os recursos devam ser aplicados na área da seguridade social.

Por fim, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, determinou, em seu art. 26, que a renda líquida dos concursos de prognósticos passasse a constituir receita exclusiva da seguridade social, com a ressalva, constante do § 3º do mesmo artigo, de que fossem repassados à Caixa Econômica Federal, os valores necessários ao cumprimento dos contratos ainda vigentes na data da publicação da Lei.

O presente Projeto de Lei Complementar objetiva, essencialmente, reconstituir os recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, destinando-lhe outra vez, conforme o disposto em seu art. 2º, I, 40% (quarenta por cento) da renda líquida das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, entre outras fontes de recursos.

II – Voto

O Projeto de Lei Complementar nº 11, de 1994, do Senado Federal, preenche o requisito de constitucionalidade quanto à competência do autor para a iniciativa da proposição e à propriedade da adoção do modelo formal de Lei Complementar para transformá-la em ato, tendo em vista que:

a) versa sobre tema financeiro, matéria da competência legislativa do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da

República, conforme dispõe o art. 48, XIII, da Constituição Federal;

b) a matéria não se insere no campo da competência privativa do Presidente da República, de que trata o § 1º do art. 61 da Constituição Federal, cabendo, portanto, sua iniciativa a qualquer membro do Poder Legislativo;

c) pelo fato de dispor especificamente sobre finanças públicas, a matéria deve ser regulada em Lei Complementar, na forma do que determina o art. 163, I, da Constituição Federal.

Na medida em que se restringe a regulamentar a dotação de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, o conteúdo temático do Projeto é plenamente adequado ao ordenamento jurídico em vigor.

Nada tenho a opor, de outra parte, ao mérito da proposição. O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS constituiu-se, desde sua criação, em importante fonte de financiamento de projetos visando à melhoria das condições de vida dos setores mais carentes da sociedade. A desaceleração de suas atividades, provocada pela vigência da Lei nº 8.212, de 1991, determinou, particularmente, o corte de linhas especiais de financiamento para a construção de unidades escolares de 1º e 2º graus e de centros hospitalares em municípios de pequeno porte, que enfrentam dificuldades de acesso às linhas usuais de obtenção de recursos financeiros.

Manifesto-me, assim, favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 1994, do Senado Federal. Cumpre observar, porém, que o Projeto deixa de contemplar, no que se refere à aplicação dos recursos do FAS, duas importantes áreas de desenvolvimento social, quais sejam as de saneamento básico e infra-estrutura urbana, razão por que proponho as emendas a seguir, objetivando sanar essa lacuna:

Emenda nº 1-CAE

Alterar a redação do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 1994, para o anunciado seguinte:

"art. 1º Os recursos destinados ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, criado pela Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, regulamentado pelo Decreto nº 75.508, de 18 de março de 1975, serão aplicados pela Caixa Econômica Federal – CEF, sob a forma de financiamento aos setores público e privado, de projetos de caráter social, preferencialmente nas áreas de saúde, previdência e assistência social, educação, trabalho, saneamento básico e infra-estrutura urbana."

Emenda nº 2-CAE

Alterar a redação do parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 1994, para o enunciado seguinte:

"art. 2º....."

Parágrafo único. Os recursos previstos no inciso I, repassados pela CEF ao FAS no 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao de sua arrecadação, serão aplicados nos programas e projetos relacionados à seguridade social, nas áreas de saúde, previdência e assistência social, bem como nas áreas de saneamento básico e infra-estrutura urbana."

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1994.

Assinaram o parecer em 22 de novembro de 1994 os Senhores Senadores. – João Rocha, Presidente – Odacir Soares, Relator – Alfredo Campos – Ronaldo Aragão – Ailton Oliveira – Josaphat Marinho – Meira Filho – Dário Pereira – Ronan Tito – Jonice Tristão – Esperidião Amin – Jutahy Magalhães – Saldanha Derzi – Jonas Pinheiro – Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Ofício nº 465/94

Brasília, 21 de novembro de 1994

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados VIVALDO BARBOSA e MIRO TEIXEIRA para integrarem, na qualidade de membros Titular e Suplente, respectivamente, em substituição ao Senhor Deputado LUIZ SALOMÃO e a Senhora Deputada BETH AZIZE, a Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a apreciar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 719, de 18 de novembro de 1994, que "dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências".

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Giovanni Queiroz, Vice-Líder do PDT.

Ofício nº 464/94

Brasília, 21 de novembro de 1994

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados CARLOS LUPI e CARRION JÚNIOR para integrarem, na qualidade de membros Titular e Suplente, respectivamente, em substituição ao Senhor Deputado LUIZ SALOMÃO e a Senhora Deputada BETH AZIZE, a Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a apreciar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 721, de 18 de novembro de 1994, que "prorroga o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, prevista no art. 1º da Lei nº 8.191, de 11 de junho de 1991, e altera a redação dos bens contemplados com referida isenção".

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Giovanni Queiroz, Vice-Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PPR — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li, ontem, que o Governador eleito do Pará esteve com o Presidente eleito da República e deste recebeu a segurança de que o Estado do Pará receberá R\$2 bilhões para a recuperação das estradas Transamazônica, de Cuiabá a Santarém, e a BR-222.

Na verdade, Sr. Presidente, essas estradas são da responsabilidade do Governo Federal — todas elas são BR — e estão de tal modo estragadas que basta dar o seguinte exemplo: na Transamazônica, ano passado, foi feito um rali. Só se faz rali nas piores estradas do mundo.

Mas, paralelamente a essa notícia, que me surpreende porque não sei como um Presidente da República pode dizer a quem quer que seja, desde logo, que vai lhe dar R\$2 bilhões — o País não é uma fazenda pessoal, o País não é dirigido por uma pessoa que possa dizer: vou dar tanto para cá, para ali, para acolá; há uma lei chamada Lei de Meios, Lei de Orçamento, e é dentro do orçamento que se fazem as coisas; é claro que um Presidente da República poderá dizer que vai dar prioridades. O que estranho é dizer logo que são R\$2 bilhões que serão dados. Mas espero que realmente sejam dados, porque isso é que interessa ao Estado que rep-

resente aqui por tanto tempo, e ainda represento até o fim do mês de janeiro.

Ocorre, Sr. Presidente, que paralelamente a isso, o jornal publica uma notícia inteiramente inverídica sobre a Transamazônica.

Já que estamos em tempo de esquerda dominando o País, uma esquerda, aliás, estranha, misturada com alguns plutocratas nacionais, devo dar uma palavra relativa ao que foi a Transamazônica, tão atacada por essa mesma esquerda como sendo obra faraônica do Presidente Médici.

Eu era Ministro da Educação e recebi uma chamada para ir ao Palácio. Quando cheguei, o Presidente me disse: "Não lhe estou chamando como Ministro da Educação, mas como Senador pelo Pará". Estavam numa sala o Presidente, os chamados Ministros da Casa, e quatro Ministros: o Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, o Ministro Cirne Lima, da Agricultura, o Ministro Costa Cavalcanti, do Interior, e o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento. Na sala, um cavalete e um mapa. Então, disse-me o Presidente: "Estamos pensando em construir uma estrada cortando a Amazônia e estamos em dúvida porque dois Ministros aqui estão favoráveis e dois são contrários". Os dois Ministros favoráveis à construção da estrada eram exatamente o dois gaúchos: o Ministro Mário Andreazza e o Ministro Cirne Lima; os dois Ministros contrários eram os dois nordestinos: o Ministro Costa Cavalcanti e o Ministro João Paulo dos Reis Velloso. Por que esses eram contrários? Não era por nenhuma atitude menos respeitável. Eles defendiam que os recursos destinados à construção da Transamazônica não saíssem da aplicação do PIN, Programa de Integração Nacional, porque 30% destes seriam dedicados ao Nordeste. Era essa a resistência.

Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, entusiasmei-me e voltei-me para Sua Excelência, quando concedeu-me a palavra, e disse-lhe: É a primeira vez que vejo, numa Presidência de República neste País, desde que me entendo, alguém preocupar-se com problema demográfico. Estamos com a Amazônia sob suspeita de coibição internacional, tese sobre a qual tenho algumas reservas pessoais, mas que sem dúvida nenhuma é algo que chama a atenção do mundo e é uma área inteiramente desabitada. De acordo com os demógrafos, uma área que tenha menos de dois habitantes por quilômetro quadrado é considerada desértica. Então, a Amazônia era um deserto do ponto de vista demográfico, enquanto que no Nordeste, já ali, pululavam 30 milhões de pessoas, que já não tinham a possibilidade de obter a garantia do seu sustento através do próprio solo. Lembrei-me de uma frase de Oliveira Vianna — um dos primeiros estudiosos de brasileira no Brasil — quando dizia: "No Nordeste, existe o homem sem a terra e na Amazônia existe a terra sem o homem". Pensei, então, em defender junto ao Presidente e aos Ministros a idéia de vasos comunicantes; quer dizer, tiraríamos o excesso de população do Nordeste, para a rarefação demográfica da Amazônia, fazendo a estrada, e evitando que o nordestino fosse mais uma vez obrigado a sair, espancado pelas secas, já vítima de alguém que, na Amazônia, já estivesse fazendo a exploração do homem pelo homem, na medida em que pagava a sua viagem, pagava a sua passagem; o nordestino ia para um hotel e já ia acumulando dívidas até chegar no seringal.

Falei com muito ardor, com muito entusiasmo sobre isso. O Presidente decidiu, então, naquele momento, construir a Transamazônica, dizendo: "Bom, então vamos construir a Transamazônica". Os nordestinos, naturalmente perderam uma parte dos 30% do PIN. E foi construída a estrada.

Anos depois, Sr. Presidente, tive a oportunidade de comparecer a uma bela festa de inauguração da Transamazônica. Transitamos por aquela estrada a 80, 100 quilômetros por hora, numa pista de rolamento amplo, bonita. A estrada tinha sido objeto até

de notícia ou capa da *Time Magazine*, por uma razão muito simples. A revista americana dizia: "De um modo geral, constrói-se uma estrada partindo-se de uma cidade tal para uma cidade qual, de uma vila para outra vila. Aqui, não, é dentro da floresta; os pontos são marcados por longitude e latitude. Então, passa-se da longitude e latitude qual para longitude e latitude tal, inteiramente desabitada".

Aí, surgiram as lendas de que se descobria que a planície Amazônica não era planície, porque ao longo desse trajeto da estrada teriam sido encontradas áreas de 300 ou 400 metros de altura – o que realmente aconteceu –, e as pessoas, que, evidentemente, não tinham estudado geografia, não sabiam que o Planalto Central brasileiro leva os seus contrafortes até, por exemplo, quase à beira do Rio Amazonas, como ocorre no caso de Santarém, Monte Alegre e outras localidades.

A estrada foi construída e inaugurada. Ministro da Educação, fui até lá, sobrevoando a região em helicóptero e, de vinte em vinte minutos, pousávamos e fundávamos uma escola.

O volume de imigrantes para a área era alguma coisa fantástica. Além da colonização conduzida pelo Governo, apareceu a espontânea. Surgiram pessoas do Sul do Brasil, como as muitas que lá encontrei vindas de um Município chamado Tenente Portela, do Rio Grande do Sul. Essas pessoas foram para a Amazônia buscando possuir uma terra. Um ano depois, passávamos por lá e encontrávamos aqueles colonos muito orgulhosos. Um deles batia a mão no bolso da calça e dizia: "Ministro, aqui tenho o Banco do Brasil em meu bolso". Vi cana-de-açúcar, café, milho, arroz à vontade.

Aqui, neste plenário, tive o desprazer de debater – depois, quando cheguei à Casa – com companheiros de oposição ao Governo que afirmavam ser aquela uma obra faraônica, chegando um deles a dizer: "É um absurdo construir-se uma estrada ao lado do rio, o Rio Amazonas é a grande estrada". Na frase de Euclides da Cunha, "na Amazônia, as estradas são os rios que correm".

O meu ilustre colega – não convém citar quem seja – esquecia-se de que a estrada Transamazônica situava-se a 300 quilômetros, em média, da calha do Rio Amazonas, não sendo, portanto, uma estrada paralela ao rio; era paralela no sentido geográfico, era paralela como naquela história de Euclides, em que as paralelas se encontram no infinito.

Eis aí, Sr. Presidente, a Transamazônica. Agora, o jornal publica que essa estrada desapareceu. Na verdade, ela não desapareceu, mas está muito maltratada; e foi maltratada pelas administrações posteriores, que deixaram praticamente a estrada desaparecer.

O jornal diz que, ao longo dela, só existem localidades miseráveis. É uma pena que repórteres ou pessoas responsáveis por artigos nos jornais não se dêem ao luxo de visitar as áreas sobre as quais falam, com tanta segurança, as inverdades também mais claras.

O Sr. Jacques Silva – Senador Jarbas Passarinho, permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO – Com muito prazer, meu ilustre colega.

O Sr. Jacques Silva – Senador Jarbas Passarinho, estou ouvindo com atenção o seu discurso e fico feliz em saber que V. Ex.^a teve participação decisiva para o início da Transamazônica, o que já era de se esperar, porque o seu maior trecho encontra-se exatamente no Estado do Pará. Começando no Estado de Goiás, hoje Estado do Tocantins, no estreito, a Transamazônica percorre uma extensão de quase 200 quilômetros – se não me falha a memória –, o que implicaria, inclusive, na construção de uma ponte na cidade de Araguatins, ligando ao Pará, se tivesse sido levado avante o grande projeto. Senador Jarbas Passarinho, no trecho de

Goiás, hoje Tocantins, não se sabe por que razão a Transamazônica foi totalmente abandonada. Uns pequenos trechos, hoje intransitáveis, foram refeitos pelo Governo do Estado – na época, ainda Goiás –, com dificuldades, até mesmo para conseguir autorização do DNER, sendo que a estrada estava totalmente abandonada. Não sei bem de quem é a responsabilidade – até penso que sei –, mas é um crime o que fizeram com a Transamazônica, notadamente no Estado do Tocantins. Como é que se gasta uma fortuna numa estrada daquela, da mais absoluta importância, para depois abandoná-la? Também não entendo como é que podem existir pessoas que combatem aquela estrada. Quem vive na Amazônia, como nós – também sou do local –, sabe perfeitamente da importância da Transamazônica para aquela região. Antes de ter sido abandonada, o desenvolvimento que levou ao nosso extremo de Goiás, hoje Tocantins, foi fantástico. Esperamos que o dinheiro seja repassado – não sabemos de que maneira – para a recuperação da Transamazônica. V. Ex.^a tem toda a razão e o meu apoio, como sempre terá enquanto estivermos aqui. Muito obrigado, Senador.

O SR. JARBAS PASSARINHO – Muito grato a V. Ex.^a, que dá um testemunho que se associa ao meu, apesar de eu não ter percorrido essa parte da Transamazônica a que V. Ex.^a se refere.

Não nos interessa dizer de quem é a culpa, do ponto de vista nominal, mas o fato é que é um crime, como V. Ex.^a disse perfeitamente há pouco, que se abandone uma estrada como essa. Já não falo em que se pavimente com asfalto, mas que se permita o trânsito nessa estrada, em qualquer dia do ano. Lá, chamamos de inverno a época em que chove. Sempre disse que na Amazônia há duas estações do ano: uma em que chove muito e a outra em que chove demais. Estamos agora no período que chove demais e não é possível o tráfego na estrada.

Aqui, defendi muitas vezes a posição dos governantes da chamada ditadura militar, os Presidentes-Generais, principalmente quando fui Líder do Presidente Figueiredo. Era uma ditadura estranha, com eleição para Senador, Deputado, Vereador. Aos poucos, fomos retomando a plenitude democrática. O regime era autoritário, nunca neguei, sempre admiti; totalitário, não, pois não tínhamos partido único, não tínhamos imposição do ponto de vista de filosofia do governo ao cidadão. Muitas vezes, debatia essa matéria aqui e verificava que a reação à Transamazônica era absolutamente irracional. Estávamos fazendo um trabalho de integração nacional.

De modo que, também, como V. Ex.^a, fico muito satisfeito. Nunca exerci oposição sistemática, assim como o meu tipo de liderança, de defesa de governo, nunca foi incondicional. Houve momentos em que discuti problemas aqui, na Liderança, dando razão à Oposição.

Tenho a mesma esperança que V. Ex.^a: de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso possa dispor desse dinheiro como os czares russos, que resolveram fazer a Transiberiana correndo a linha da sua unha para construí-la. O importante é que haja dinheiro suficiente para que se possa recuperar a estrada.

Em relação à Cuiabá-Santarém, aberta durante o regime dos Presidentes-Generais, somente o então Governador de Mato Grosso, nosso atual 1º Secretário, Senador Júlio Campos, conseguiu levar o asfalto praticamente até a fronteira do Pará. Não tivemos, nem da parte dos governantes do Pará, nem dos Governos Federais, a possibilidade de asfaltar a Cuiabá-Santarém até Mato Grosso.

E qual seria a vantagem extraordinária, do ponto de vista do Brasil? Toda a produção de grãos de Mato Grosso, especialmente de soja, tem que descer 3.500 quilômetros até Santos ou Paraguaçu, para subir, depois, todo o Atlântico. Se for para o Japão, ainda tem que passar pelo Canal do Panamá para chegar ao Pacífico, no entanto, pelo porto de Santarém, sairia imediatamente no

Atlântico Norte, que é o Atlântico mais freqüentado do mundo. Não tivemos uma visão de estadista nacional, não tivemos uma visão dos governadores de Estado que vieram posteriormente para fazer, pelo menos, aquilo que Mato Grosso fez.

Desse modo, a Transamazônica tem ainda mais esse papel, o de transformar Santarém num porto, numa placa giratória que ora se volta para o interior e ora se volta para o exterior, podendo ser, portanto, uma área de exportação extraordinária. Talvez a ZPE mais importante que pudesse existir fosse essa e, no entanto, não tivemos sua execução.

Somos responsáveis por isso em grande parte, porque nós, na Constituinte, levamos ao descabimento as estradas. Lembro-me de um bravo Deputado mineiro defendendo violentamente a idéia de não se extinguir o Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, etc., pois era o que dava oportunidade ao DNER de ter os meios para manutenção das estradas.

Lembro-me que, ao fim de minha gestão como Ministro da Educação, viajando junto com o Ministro da Indústria e Comércio, Marcus Vinícius, ele abriu uma pasta e eu vi que, quando falava sobre o que tinha sido o Orçamento daquele ano, o DNER tinha mais verba do que o Ministério da Educação do Brasil.

Na Constituinte, graças à influência de alguns economistas paulistas, como o já hoje eleito Senador José Serra, que será colega dos companheiros que aqui ficarão, tirou-se isso sob o fundamento de que não tinha razão vincular-se qualquer tipo de despesa à Constituição, e que, então, no todo, o Presidente da República distribuiria como quisesse. O resultado disso, V. Ex^a sabe qual é: em todo este País as estradas estão em terrível estado, sendo chamadas de estradas da morte.

O Sr. Lourival Baptista – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jarbas Passarinho?

O SR. JARBAS PASSARINHO – Com muito prazer, illustre amigo e colega.

O Sr. Lourival Baptista – Nobre Senador Jarbas Passarinho, ouço, com muita atenção, sua explanação, seus esclarecimentos a respeito das estradas do seu Estado, e não poderia me calar porque, quando Governador, Sergipe foi o primeiro Estado do Nordeste que teve, de ponta a ponta, asfalto da Bahia até Sergipe, o que fez com que Sergipe se desenvolvesse mais um pouco. Isto devo a um homem que foi Ministro e que me ajudou muito no sentido de conseguir as verbas necessárias para o asfaltamento das estradas, cuja ajuda valiosa não me esqueço: o saudoso Ministro Mário David Andreazza. Louvo o discurso de V. Ex^a, os esclarecimentos que está prestando, pois sabemos o que representa uma estrada para um Estado. Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO – Muito obrigado a V. Ex^a, digo eu. Inclusive, aqui, nesta Casa, nós tivemos talvez uma

falta. Enquanto houve na Câmara dos Deputados uma sessão em homenagem à memória de Mário David Andreazza, nós nada fizemos no Senado. Ele foi, realmente, um extraordinário Ministro nesse sentido, nesse campo.

Mas, voltando, para concluir, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu tomo exatamente a palavra do meu ilustre colega por Goiás, porque também tenho a esperança de que a verba vá sair. A nossa Transamazônica não merece ser chamada, pelo jornalista que escreveu a informação, de obra faraônica e de ser, hoje, apenas uma sucessão de vilas miseráveis. Não merece o termo "miserável" nem no sentido não-violento da palavra ofensiva, nem no sentido da economia da região. A economia da região, hoje, está relacionada com um milhão de pessoas, só no território paraense, que trabalham para produzir. Produzem, não são vadios, não são inúteis, não são um peso nulo sob a responsabilidade da União Federal. A Transamazônica merece ser refeita e o povo de lá merece respeito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Esperidião Amin – Marluce Pinto – Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Não há mais oradores inscritos.

Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que conclui favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1994 – Complementar, que dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, e dá outras providências.

A matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu o Aviso nº 466, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando a Decisão nº 660/94, de 26 de outubro último, referente a providências solicitadas pela Comissão Parlamentar Mista do Orçamento, quanto à execução de projetos pela Prefeitura Municipal de Guaçuá, no Estado do Espírito Santo.

A matéria será despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e, por cópia, à Comissão de Assuntos Econômicos para conhecimento e adoção de eventuais medidas cabíveis.

A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO INDEPENDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

- **1º pronunciamento:** Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- **2º pronunciamento:** Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CAPINZAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo*

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

- **1º pronunciamento:** Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- **2º pronunciamento:** Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo*

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

- **1º pronunciamento:** Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

- **2º pronunciamento:** Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO JORNAL DO BRASIL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo*

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de **Educação**:

- **1º pronunciamento:** favorável ao projeto;
- **2º pronunciamento:** pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993 **(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do** **Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO LITORAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo*

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

- **1º pronunciamento:** Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- **2º pronunciamento:** Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a outorga deferida ao SISTEMA NOVA ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná,* tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador José Eduardo, em substituição à Comissão de **Educação**.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE LAGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná,* tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;
- 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à PAQUETÁ EMPREENDIMENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de **Educação**.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO CULTURA DE TIMBÓ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO Pe. URBANO THIESEN para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo*

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

- **1º pronunciamento:** Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

- **2º pronunciamento:** Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. RÁDIO VERDES MARES, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL CRUZEIRO DO SUL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo*

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**:

- **1º pronunciamento:** favorável ao projeto;
- **2º pronunciamento:** pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins,* tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás,* tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MONTANHÊS DE BOTELHOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de **Educação**.

17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portela, em substituição à Comissão de **Educação**.

18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO VILA REAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993
(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MARIANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.* (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994**
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE PAULO AFONSO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia* (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE NOVA TERRA DE RADIODIFUSÃO LTDA., atualmente denominada REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão da FM RÁDIO INDEPENDENTE DE ARCOVERDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

24**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII,
parágrafo único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAMPOS DOURADOS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Medianeira, Estado do Paraná.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

25**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1994**

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SERRA NEGRA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, "b", do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1994 (nº 222/92, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Josaphat Marinho, em substituição à Comissão de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1994 (nº 3.981/93, na Casa de origem), *que disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências, tendo*

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Jacques Silva, em substituição à Comissão de **Serviços de Infra-Estrutura**, favorável com emenda que apresenta.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 1994****(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1994 (nº 4.460/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências*. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

29**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1994 - CN****(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1994 - CN, que *dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul*. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

30**OFÍCIO Nº S/71, DE 1994****(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)**

Ofício nº S/71, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFT-RS, destinadas à liquidação de precatórios judiciais

pendentes, de responsabilidade daquele Estado. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

31

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1992, de autoria da Senadora Júnia Marise, que *submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que *determina que os Institutos Médico-Legais comuniquem à Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência as mortes violentas ocorridas com crianças e adolescentes.* (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h36min.)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS**15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO****DELIBERATIVO, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1994**

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de hum mil, novecentos e noventa e quatro, às onze horas e trinta minutos, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, na sala de reuniões, em sua Sede, situada no Anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a Presidência do Doutor Henrique Lima Santos, com a presença dos senhores Conselheiros Senadores Nabor Júnior, Carlos Patrocínio, Ronaldo Aragão, Deputados Prisco Viana, Nilson Gibson e Aloísio Vasconcelos. Presentes, também, o Diretor Executivo Sr. João Bosco Altoé e o Advogado Dr. Leopoldo Fontenele. Observado o **quorum** regimental, o Presidente declarou aberto os trabalhos, designando ao senhor Secretário a leitura da Ata da Reunião anterior, realizada em 30 de agosto do ano corrente. Após a leitura, foi discutida e votada, tendo sido aprovada sem restrições.

o Presidente apresentou e distribuiu, com os membros demonstrativos financeiros sobre a atual situação do Instituto, constando as atuais disponibilidades, as aplicações a curto prazo, os investimentos de um modo geral, o realizável a longo prazo e, finalmente, a receita oriunda dos imóveis do IPC. Ainda sobre essa matéria, o Presidente prestou informações complementares. Continuando, o Presidente colocou em discussão os Balancetes Contábeis referentes aos meses de julho e agosto/94, relatados pelo Conselheiro Deputado Nilson Gibson, com parecer favorável à aprovação. Após a discussão, a matéria foi colocada em

votação. Todos os conselheiros presentes acompanharam os votos do relator. Essa matéria foi aprovada por unanimidade. Na oportunidade, ficou esclarecido que foram aprovados, também, na reunião realizada no dia 30-8-94, os Balancetes Contábeis referentes aos meses de março, abril, maio e junho/94. O primeiro, relatado pelo Deputado Ariosto Holanda e os três últimos relatados pelo Deputado Prisco Viana. Em seguida, o Presidente informou sobre o curso das negociações incentivadas entre o IPC e a Empresa A RURAL E COLONIZAÇÃO S.A. referente à proposta de acordo de desistência da Ação de Ressarcimento Pecuniário que o IPC move contra ela e outros. Tudo de acordo com o parecer do Senador Nabor Júnior, cujo parecer havia sido discutido e aprovado pelo Conselho. Disse, também, que esse acordo estava sendo intermediado pelo Dr. Leopoldo Cesar Fontenele, que é o advogado contratado pelo IPC para atuar nessa Ação, dentre outras. O Presidente determinou ao Dr. Fontenele prestar ao Conselho informações mais atualizadas. O advogado informou que, sobre as providências que estavam sendo adotadas, tudo era feito de acordo com as recomendações contidas no parecer do Senador Nabor Júnior, agora, estava esperando a qualquer momento uma manifestação da Empresa A Rural, pelo intermédio do advogado Dr. Leite Chaves. Concluiu. Em seguida, o Presidente distribuiu com os membros presentes um documento com o título **Fatos Administrativos**, espécie de uma amostra resumida do que se tem feito no Instituto, a partir de sua investidura no Cargo. Nesse documento, verifica-se itens como Antecipação da Data de Pagamento das Pensões; Implantação de Cadastro Próprio; Reabertura da Carteira de Empréstimos em Consignação e da Carteira de Empréstimos para Financiamento de Veículos; Auditoria Automática na Folha de Pagamento de Pensionistas; Atualização de todos os débitos e créditos do Instituto, reavaliação dos bens imóveis do IPC e inscri-

ção de novos associados facultativos, em número superior a 100. Em seguida, o Presidente colocou à disposição dos senhores Conselheiros, para exame e aprovação, todos os processos deferidos por ele **ad-referendum** do Conselho, num total de 256, sendo 168 referente a Auxílio-Doença, 61 referente a Novas Inscrições de Segurados Facultativos, 21 referente a Concessão de Pensão, 03 referente a Integralização de Carência, 02 de Cancelamento de Inscrição, 01 de Auxílio-Funeral. O Conselho, após examinar esses processos, aprovou todos eles, conforme títulos e numeração seguintes: a) **Auxílio-Doença Deferido** - 1190/94, 1186/94, 1184/94, 1181/94, 1187/94, 1182/94, 1189/94, 1185/94, 1051/94, 1095/94, 1032/94, 1035/94, 1046/94, 1180/94, 1120/94, 1193/94, 1194/94, 1206/94, 1195/94, 1192/94, 973/94, 1198/94, 1183/94, 1178/94, 1191/94, 1210/94, 1212/94, 1216/94, 1226/94, 1220/94, 1238/94, 1133/94, 1245/94, 1247/94, 1233/94, 1241/94, 1219/94, 1234/94, 1242/94, 1132/94, 1236/94, 1242/94, 1246/94, 1239/94, 1285/94, 1244/94, 1213/94, 1214/94, 1227/94, 1249/94, 1279/94, 1207/94, 1273/94, 1260/94, 1295/94, 1274/94, 1266/94, 1076/94, 1291/94, 1280/94, 1268/94, 1263/94, 1303/94, 1251/94, 1292/94, 1252/94, 1293/94, 1237/94, 1270/94, 1286/94, 1304/94, 1308/94, 1311/94, 1283/94, 1351/94, 1329/94, 1330/94, 1353/94, 1309/94, 1328/94, 1322/94, 1323/94, 1324/94, 1315/94, 1313/94, 1349/94, 1354/94, 1339/94, 1344/94, 1338/94, 1282/94, 1314/94, 1316/94, 1352/94, 1350/94, 1335/94, 1312/94, 1317/94, 1402/94, 1390/94, 1376/94, 1383/94, 1365/94, 1378/94, 1391/94, 1394/94, 1356/94, 1355/94, 1381/94, 1399/94, 1393/94, 1235/94, 1267/94, 1388/94, 1384/94, 1265/94, 1269/94, 1337/94, 1387/94, 1240/94, 1326/94, 1362/94, 1370/94, 1398/94, 1377/94, 1363/94, 1366/94, 1406/94, 1386/94, 1369/94, 1389/94, 1372/94, 1380/94, 1400/94, 1392/94, 1364/94, 1407/94, 1426/94, 1396/94, 1419/94, 1409/94, 1414/94, 1420/94, 1416/94, 1430/94, 1425/94, 1438/94, 1444/94, 1395/94,

1421/04, 1439/94, 1422/94, 1423/94, 1415/94, 1431/94, 1408/94, 1428/94, 1449/94, 1443/94, 1427/94, 0837/94, 1467/94, 1432/94, 1447/94, 1437/94, 1445/94, 1455/94, 1458/94, 1454/94, 1442/94, 1470/94, 1477/94, 1462/94, 1471/94, 1460/94 e 1468/94; b) **Requerimento de Pensão** - 1281/94, 1081/94, 1275/94, 1174/94, 1202/94, 1115/94, 1218/94, 1229/94, 1228/94, 1223/94, 1307/94, 0974/94, 1051/94, 1095/94, 1032/94, 1035/94, 1046/94, 1180/94, 1120/94, 1374/94, 1434/94, 1429/94 e 1424/94; c) **Auxílio-Doença Indeferido** - 001/94; d) **Integralização de Carência** - 1259/94; e) **Auxílio-Funeral** - 1410/94; f) **Cancelamento de Inscrição** - 1209/94, 1139/94; g) **Inscrição de Segurados Facultativos** - 1204/94, 1080/94, 1222/94, 1064/94, 1128/94, 1159/94, 1150/94, 1199/94, 1168/94, 1284/94, 1109/94, 1200/94, 1084/94, 1156/94, 1243/94, 1130/94, 1017/94, 1232/94, 0921/94, 1160/94, 1676/94, 1221/94, 1146/94, 1208/94, 1288/94, 1138/94, 1079/94, 1148/94, 0376/94, 1258/94, 1256/94, 1203/94, 0670/94, 1287/94, 1458/94, 1672/94, 1171/94, 1163/94, 1289/94, 1248/94, 1257/94, 1129/94, 0807/94, 1225/94, 1176/94, 1238/94, 1167/94, 1253/94, 1297/94, 1671/94, 1158/94, 1230/94, 1211/94, 1217/94, 1099/94, 1255/94, 1188/94, 1197/94, 1201/94, 1262/94, 1342/94, 1300/94, 1359/94, 1678/94, 1331/94, 1332/94, 1296/94, 1367/94, 1348/94, 1340/94, 1385/94, 1320/94, 1318/94, 1375/94, 1411/94, 1306/94, 1465/94, 1436/94, 1333/94, 1361/94, 1305/94, 1299/94, 1254/94, 1347/94, 1301/94, 1123/94, 1360/94, 1302/94, 1261/94, 1346/94, 1319/94, 1357/94, 1345/94, 1368/94, 1677/94, 1373/94, 1418/94, 1441/94, 1224/94 e 1334/94. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às treze horas. E, para constar, eu, RAYMUNDO URBANO, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e pelos membros do Egrégio Conselho Deliberativo.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PPR _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PDT _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucidio Portella _ PPR _ PI

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

Vice-Líderes

Jutahy Magalhães

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Antônio Mariz

Aluizio Bezerra

Gilberto Miranda

Jacques Silva

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líderes

Jutahy Magalhães

Almir Gabriel

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líder

Odacir Soares

Guilherme Palmeira

João Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Baccia

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Moisés Abrão

Affonso Camargo

Esperidião Amim

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

LIDERANÇA DO PMN**Líder**

Francisco Rollemberg

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB			
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Madruce Pinto	RR-4062/63

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3515/3516/4354/3341

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL _ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekél Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lima	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA _ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121